



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**CENÁRIO ESTRATÉGICO INTERNACIONAL: A ASCENSÃO  
CHINESA, A APROXIMAÇÃO COM A RÚSSIA E AS  
IMPLICAÇÕES NA BALANÇA DE PODER MUNDIAL**

Daniela Marqueli Delarmelin

Lajeado, junho de 2018

Daniela Marqueli Delarmelin

**CENÁRIO ESTRATÉGICO INTERNACIONAL: A ASCENSÃO  
CHINESA, A APROXIMAÇÃO COM A RÚSSIA E AS  
IMPLICAÇÕES NA BALANÇA DE PODER MUNDIAL**

Monografia apresentada no curso de  
Relações Internacionais da  
Universidade do Vale do Taquari -  
Univates, como exigência parcial  
para obtenção de título de bacharel  
em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Borne  
Ferreira

Lajeado, junho de 2018

## RESUMO

Tendo em vista as mudanças que ocorreram na balança de poder do Sistema Internacional (SI) no período pós-Guerra Fria, com a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a ascensão dos Estados Unidos da América (EUA) como única potência hegemônica, surge a necessidade de entender as novas políticas governamentais que afetam esse *status quo* e a estabilidade das relações internacionais. A ordem mundial liberal baseada em regras estabelecida pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial está sendo contestada e posta em xeque principalmente pela ascensão da China e a formação de novos polos de poder. Neste cenário, a China se coloca como um potencial candidato à superpotência internacional. Embora ainda esteja longe de alcançar os EUA, percebe-se uma maior assertividade deste país em relação aos seus interesses tanto internamente como externamente. A maior aproximação da China com a Rússia nos últimos anos pode ser entendida como uma forma de contrabalançar o poderio estadunidense e diminuir a distância de poder existente entre esses três países. Por tanto, o objetivo desta pesquisa é analisar a política externa chinesa e sua projeção de poder, a aproximação deste país com a Rússia e as implicações que a ascensão chinesa oferece à balança de poder e a ordem mundial sob enfoque neorrealista. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa de caráter exploratório, que visa levantar informações através de pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema estudado. A partir da análise, pôde-se concluir que a China e os Estados Unidos estão engajados em um processo lento de transição de poder, onde a Rússia exerce um papel fundamental como forma de contrabalançar poder e buscar diminuir as ações de contenção por parte dos EUA.

**Palavras-Chave:** China. Política Externa. Rússia. Balança de poder. Neorrealismo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos meus pais, que acreditaram, apoiaram e não mediram esforços para tornar possível a minha caminhada até aqui. Obrigada pela paciência, pela força e principalmente pelo carinho e amizade. Vocês são minha maior gratidão e meu maior orgulho!

Não posso deixar de agradecer também aos meus professores, meu orientador e à Univates, por todo o suporte e por me oportunizar tantos conhecimentos e experiências no decorrer destes cinco anos.

Por fim, aos meus amigos, familiares e a todos aqueles que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação acadêmica, o meu muito obrigado.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

### **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Comparação do crescimento real do PIB Chinês, Russo e Estadunidense desde 1980 (%) .....	23
Gráfico 2 – Comparação gastos militares da China, Rússia e Estados Unidos desde 1990 (%) .....	23
Gráfico 3 – Contingente militar em números absolutos de 1990 a 2015 .....	56

### **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Exercícios militares bilaterais e multilaterais envolvendo a China em 2016 .....	54
---	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1 A ASCENÇÃO INTERNACIONAL CHINESA E SUA APROXIMAÇÃO COM A RUSSIA SOB ENFOQUE NEOREALISTA</b> .....	12
<b>2 A CHINA NA VIRADA DO SÉCULO XX PARA O SÉCULO XXI</b> .....	29
3.1 Política Externa Independente da Paz .....	31
<b>3 A CHINA E A DISTRIBUIÇÃO DE PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS</b> .....	40
3.1 A China sob Ótica do Poder Real e Latente.....	49
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	65
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	68

## INTRODUÇÃO

A ascensão chinesa tem sido um tema central no debate das Relações Internacionais (RI) no período pós-Guerra Fria. Com o fim do sistema bipolar, a unilateralidade dos Estados Unidos como única potência hegemônica<sup>1</sup> têm trazido à tona questionamentos sobre como os Estados, principalmente as grandes potências, vão se comportar para reestabelecer o equilíbrio de poder nas relações internacionais.

A China é apontada hoje como um dos principais desafios para o unilateralismo estadunidense devido a vários fatores. De acordo com Kissinger (2011, p. 460) “a década de 1990 testemunhou um período de espantoso crescimento econômico na China, e com ele a transformação do papel do país no mundo”.

Somado a isso, os Estados Unidos estão em um processo de declínio relativo, o que não significa que haverá um colapso ou um fim abrupto da hegemonia americana, mas sim um cenário de maior competição e formação de polos de poder, caracterizado pela multipolarização em curso.

A rede de alianças militares dos EUA e o sistema monetário centrado no dólar são os dois pilares mais importantes da estratégia global dos EUA,

---

<sup>1</sup> O trabalho parte da premissa de que os EUA é, sim, a única potência hegemônica no sistema Internacional. É importante reconhecer que esta não é uma posição consensual no debate, mas que, não obstante, será adotada.

portanto, eles não desaparecerão em breve, mas provavelmente serão fortalecidos no próximo período (YAFEI, 2017). Entretanto, a China já começa dar indícios de sua intenção de acabar com o padrão dólar, além de fortalecer seu protagonismo regional e suas alianças, principalmente econômicas em regiões de seu interesse. Essa transição de poder trata-se de um processo lento, como, por exemplo, a transição de poder da Grã-Bretanha para os EUA, que demorou mais de meio século (LAI, 2011). Além disso, a China não adota uma política totalmente revisionista, pois pretende manter o status quo das relações internacionais e evitar um conflito o tempo que for possível, porque esta estabilidade a beneficia, principalmente no que diz respeito à sua maior projeção de poder, o comércio internacional.

Em função desta política internacional mais pacifista promovida pelo governo chinês, o processo de transição de poder no qual a China e os EUA estão engajados pode ser visto como uma transição pacífica. Entretanto, apesar de demonstrarem uma boa relação diplomática, é possível perceber interesses muitas vezes conflitantes, que provavelmente irão afetar o futuro das relações internacionais.

O enorme e duradouro crescimento chinês fez com que sua relação, principalmente comercial, com países vizinhos florescesse e o país tem desempenhado um papel econômico cada vez mais central na região, fortalecendo seu protagonismo regional (KISSINGER, 2011). Com esse crescimento, a relação comercial entre Estados Unidos e China aumentaram significativamente, sendo que a China é um dos principais parceiros comerciais dos EUA e também o país que mais detém títulos da dívida americana (KISSINGER, 2011). Somado a isso, a China procurou expandir sua economia em nível global, tornando o país uma potência financeira e econômica (KISSINGER, 2011). Além disso, para Visentini (2017), os Estados Unidos é hoje um país de decadência relativa, o que abre um vácuo de poder nas relações internacionais, cenário perfeito para a ascensão de novos atores.

No que concerne à Rússia, Putin fez com que esse Estado ressurgisse como uma nova potência que se tornou capaz de interferir politicamente nos assuntos internacionais, defendendo seus interesses em conflitos como Síria, Irã, Ucrânia, entre outras questões. Também buscou diferenciar seus parceiros

e criar alternativas para não se tornar dependente do ocidente. A exemplo disso temos os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e a maior participação na Ásia. Essa diversificação de parceiros se intensificou em 2014, após a anexação da Criméia e posterior embargo que a Rússia sofreu por parte do Ocidente, levando a mesma a intensificar as relações com a América Latina e Ásia. Para Pautasso (2013)

No reordenamento de poder em curso, a ascensão da China e da Ásia-pacífico é justamente um dos elementos centrais, com destaque para as relações sino. Sendo assim, a Rússia é fundamental às pretensões internacionais chinesas, pois depende dela o acesso a tecnologias sensíveis, a estabilização e a integração da região (Ásia Oriental, Central, Sul e Sudeste), bem como a dissuasão de eventuais pressões ocidentais (PAUTASSO, 2013, p. 23).

Neste cenário surgem dúvidas sobre o que vai ocorrer com o equilíbrio de poder mundial, uma vez que agora existem Estados capazes de contrapor o poder americano se assim o desejarem. A partir dessa conjuntura, questiona-se como a projeção internacional da China pode alterar a balança de poder atual e se há a possibilidade de essa ascensão ser um foco de conflito nas relações internacionais.

O argumento principal do trabalho é que a aproximação entre a China e a Rússia, guiada por interesses em comum, pode levar à formação de uma nova ordem mundial. As crescentes militarizações russa e chinesa, combinadas com o bom desempenho econômico da China, fazem frente ao poderio americano e poderão vir a definir uma nova balança de poder no sistema internacional.

Sendo assim, o estudo está focado em três pontos principais: a ascensão internacional chinesa e sua aproximação com a Rússia sob enfoque neorrealista, a China na virada do século XX e XXI e a China e a distribuição de poder mundial nas relações internacionais contemporâneas.

Para analisar o crescimento da China e a conjuntura atual da balança de poder internacional é necessária uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório que visa levantar informações através de pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema estudado. A análise documental da política externa, dos tratados e documentos governamentais é de suma importância para entender esse maior

protagonismo chinês e quais são as intenções desse Estado em relação à política internacional.

A escolha dessa forma de abordagem surge do interesse em realizar uma pesquisa exploratória válida sobre a política externa e a balança de poder aplicada ao caso chinês e russo. Como assinala Gil (1994) a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.

Para entender as estratégias de contenção por parte dos Estados Unidos, é necessário analisar as estratégias geopolíticas utilizadas para limitar as ações e a aproximação de outras potências que sejam uma ameaça a sua hegemonia. Dessa forma, o aporte teórico da pesquisa se dará através da corrente teórica neorrealista das relações internacionais, que parte das premissas básicas do realismo clássico (poder, sobrevivência, Estado com ator principal e autoajuda) mas explica as relações de poder e o comportamento dos Estados no Sistema Internacional através de uma visão sistêmica – e não da natureza humana - explicando os padrões recorrentes de balanças de poder e a busca dos Estados por hegemonia como fim último para garantir sua sobrevivência e segurança. Deste modo, será possível entender a atual conjuntura internacional e verificar as mudanças que estão ocorrendo, bem como suas implicações para o equilíbrio de poder e a ordem mundial.

A análise está dividida em três capítulos principais, enumerados em 1, 2 e 3 respectivamente. O primeiro capítulo contemplou o aporte teórico da pesquisa, com ênfase na teoria neorrealista, evidenciando conceitos chaves importantes para o desenvolver do trabalho. Além disso, foi analisada a relação entre esses conceitos e o maior protagonismo chinês com foco na sua aproximação com a Rússia.

No segundo capítulo, foi analisada brevemente a história chinesa bem como sua política externa e a China da virada do século XX para o XXI, com foco nas mudanças ocorridas após a abertura comercial promovida por Deng Xiaoping nos anos 1970, que transformou o papel da China nas relações

internacionais, fazendo com que fosse possível esse enorme crescimento chinês e sua acumulação de poder.

O terceiro e último capítulo discorre sobre a China e distribuição de poder nas relações internacionais no século XXI, apresentando as perspectivas e os desafios à ordem internacional sob perspectiva do fim da Pax Americana.

## **1 A ASCENÇÃO INTERNACIONAL CHINESA E SUA APROXIMAÇÃO COM A RUSSIA SOB ENFOQUE NEOREALISTA**

A principal forma de testar uma teoria é analisando o quão bem ela descreve os eventos que acontecem no mundo real (MEARSHEIMER, 2001). Neste sentido, o realismo se impõe como visão dominante para os tomadores de decisões, pois procura entender as relações internacionais como elas são. Embora o estudo das RI como uma ciência seja muito recente, autores realistas buscaram embasar sua teoria em autores clássicos como Tucídides, Hobbes e Maquiavel como uma forma de dar legitimidade ao estudo das relações internacionais. Através do estudo desses autores surgiram conceitos chave para a essa teoria como o estado de natureza, o poder, sobrevivência e autoajuda.

De acordo com Nogueira e Messari (2005), Tucídides é considerado o primeiro autor a tratar do principal assunto do estudo das Relações Internacionais, a guerra. É atribuído aos estudiosos de Tucídides também o conceito de anarquia internacional, ou seja, a ausência de um governo central capaz de governar todos os outros de forma legítima e a sobrevivência, que é uma preocupação constante dos Estados na política internacional.

Outro autor clássico importante para a teoria realista é Maquiavel, sua principal contribuição se encontra na maneira com que os Estados lutam por sua sobrevivência, utilizando-se do poder e da balança de poder como forma de aumentar sua segurança, sem se preocupar com aspectos morais que orientam as ações individuais. O estado de natureza de Hobbes é outro conceito central

na discussão realista, uma vez que compara esse estado à anarquia no sistema internacional, que se caracteriza na luta pela sobrevivência, onde não existe um “leviatã”<sup>2</sup> capaz de estabelecer um poder soberano sobre os demais.

Esses pensadores representaram as ideias centrais do pensamento realista, considerando o Estado como uma extensão da natureza humana, que se deixa levar pelo medo, poder e ambição. Embora existam muitas vertentes do pensamento realista, elas compartilham das premissas básicas que definem a mesma: a centralidade do *Estado* como ator principal, que tem por objetivo a sua *sobrevivência* por meio da acumulação de *poder*, seja por meios próprios ou com a ajuda de outros Estados (formação de alianças) e por fim, a *anarquia internacional* (NOGUEIRA E MESSARI, 2005).

Para a presente análise, será adotado essas premissas básicas como características do Sistema Internacional do qual os Estados aqui estudados fazem parte. Como praticamente todas as teorias, existem limitações, e no caso da teoria Realista, a principal limitação consiste no fato de que a maioria dos autores trata o que ocorre dentro do Estado como algo irrelevante para análise nas RI, pois o Estado, como ator principal, tem o dever de garantir a sua sobrevivência (segurança) e a paz no seu território, entretanto, a política interna também pode influenciar as alterações na ordem mundial, como é o caso da diminuição do prestígio americano com Donald Trump no poder, não é o fator principal, mas pode acelerar ou postergar as alterações na balança de poder mundial.

Embora ciente das limitações que a teoria Realista possui, o presente trabalho buscara entender as novas dinâmicas das relações internacionais a partir do realismo ofensivo (ou neorealismo), com base principalmente no trabalho de John Mearsheimer, um dos mais influentes pensadores da teoria realista das RI na contemporaneidade (TOFT 2005). No decorrer do trabalho outros autores importantes para a teoria realista serão contemplados como forma de auxiliar no debate e suprir os pontos que não são contemplados por este autor, servindo também de contraponto quando necessário.

---

<sup>2</sup> Para Hobbes representa o Estado, como soberano absoluto e com poder sobre seus súditos que assim o autorizam através do pacto social.

De acordo com algumas correntes teóricas que ganharam visibilidade a partir da década de 90, o fim da Guerra Fria<sup>3</sup> representaria um mundo livre de grandes conflitos, pois se percebeu que dificilmente as grandes potências voltariam a se envolver em confrontos umas contra as outras, uma vez que a guerra de grandes proporções já não seria um “negócio rentável”. A partir dessa perspectiva, surgiram debates que afirmam que as grandes potências deixariam de ver umas às outras como inimigas e passariam a pensar em todos como membros da comunidade internacional. Junto com esse pensamento, surgiram também movimentos de integração e cooperação entre Estados, com o fim de alcançar essa tão almejada paz no Sistema Internacional (MEARSHEIMER, 2011).

Entretanto, mesmo com o fim das ameaças soviéticas, por exemplo, os Estados Unidos, que se tornou a principal potência hegemônica no pós-guerra, seguem mantendo tropas na Europa e Ásia, reconhecendo o perigo de surgirem novas potências nessas regiões capazes de gerar novos conflitos (MEARSHEIMER, 2001).

Essa situação exemplifica o fato de que mesmo agindo muitas vezes de forma a cooperar umas com as outras, as grandes potências têm medo e competem entre si por mais poder, sendo o objetivo de cada uma delas maximizar e conseqüentemente obter mais poder sobre outros Estados, a fim de se tornar mais forte ou até mesmo hegemônico no sistema internacional.

Os principais motivos pelos quais as grandes potências tendem a agir dessa forma estão na própria estrutura do sistema internacional, na ausência de um governo central capaz de subjugar aos Estados e protegê-los uns dos outros, e também no fato de que cada Estado possui algum tipo de capacidade militar o que resulta em uma persistente desconfiança entre os Estados sobre as intenções em relação uns aos outros. (MEARSHEIMER, 2001)

Neste cenário de desconfiança, os Estados buscam de alguma forma diminuir sua insegurança, o que pode ocorrer pela balança de poder. Segundo Waltz (2002), a teoria da balança de poder busca explicar a recorrente formação de balanças de poder, que pode ou não estar de acordo com as intenções

---

<sup>3</sup> Entende-se por fim da Guerra Fria o período posterior a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991.

daqueles que a criaram. Ou seja, as balanças tendem a se formar espontânea ou conscientemente quando alguns Estados assim o desejam ou quando um ou mais estados visem o domínio universal. Dessa forma,

Os estados irão envolver-se em comportamentos equilibrados, quer seja ou não a balança de poder o objetivo de seus atos. Da teoria, prevemos uma forte tendência em direção ao equilíbrio no sistema. A expectativa não é que um equilíbrio, uma vez alcançado, seja mantido, mas que um equilíbrio, uma vez interrompido, seja restaurado de uma forma ou de outra (WALTZ, 2002, p.178).

Para Mearsheimer (2001), dificilmente as grandes potências estão satisfeitas com a distribuição de poder atual. Salvo casos em que há uma potência hegemônica que pretende manter esse status quo, as outras potências procuram modificar essa distribuição a seu favor, usando sua força (*soft power*<sup>4</sup> e *hard power*<sup>5</sup>) para alterar a balança de poder quando perceberem que as condições para isso são favoráveis.

Sendo assim, a distribuição de poder mundial pode condicionar a forma de agir dos Estados. Sistemas multipolares, por exemplo, são mais propensos à guerra do que o sistema bipolar, pois em um sistema bipolar as chances de um confronto entre as duas maiores potências são bem menores visto que o poder é similar e ambas possuem as forças necessárias para se defender. Logo, dependendo da distribuição de poder mundial, os Estados (principalmente as grandes potências) vão escolher entre acumular mais poder para se tornar um hegemona, buscar pela formação de uma balança de poder ou esperar por uma condição mais favorável (MEARSHEIMER, 2001).

O problema consiste em saber quais seriam estas circunstâncias e quanto poder um Estado possui, visto que não é algo fácil de mensurar. Por esse motivo,

---

<sup>4</sup> O Soft Power é uma ferramenta de poder que não está restrita apenas aos Estados. Qualquer tipo de ator, seja estatal ou não-estatal, pode exercer o Soft Power devido a sua característica indireta, transnacional e não imediata. A questão que caracteriza o Soft Power é sua esfera que engloba aspectos ideológicos, sociais e culturais.

<sup>5</sup> O Hard Power como um todo, pode ser entendido como algo direto e mais perceptível por conta de suas ações concretas, podendo ser dividido em duas vertentes que se diferenciam e se complementam. A primeira é toda a esfera que o campo militar abrange dentro da articulação bélica de um ator. A segunda é a coerção, indução e dissuasão, ou seja, a posição de subjugar um outro tem a capacidade, ligada a ameaça, medo ou punição, de persuadir, dissuadir ou induzir, para que o Estado subjogado faça o que o subjugador deseja.

Mearsheimer dividiu as capacidades de um Estado em latente (população e economia) e poder real (militar), dando maior importância ao último (TOFT, 2005). Entretanto, se pensarmos o cenário atual das relações internacionais, essa análise pode ser colocada em xeque, uma vez que muitos Estados estão mais preocupados em poder latente como a economia do que nas reais capacidades bélicas (TOFT, 2005).

O desejo dos Estados de acumular capacidades e se tornar uma superpotência<sup>6</sup> surge da própria estrutura do Sistema Internacional anárquico. Dessa forma, os Estados tendem a tentar sobreviver buscando ter mais poder (bélico, tecnológico, econômico, etc.) (PECEQUILO, 2010). Por tanto, o poder é o fator preponderante pois,

A política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder. Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato. Os povos, os políticos podem buscar, como fim último, liberdade, segurança, prosperidade ou o poder em si mesmo. [...]. Contudo, sempre que buscarem realizar seus objetivos por meio da política internacional, eles estarão lutando por poder (MORGENTHAU, 1948, p. 49).

Neste cenário, os Estados se utilizam de várias ferramentas para maximizar a sua segurança e garantir as capacidades necessárias para sobreviver no SI<sup>7</sup>. A geopolítica é um dos meios escolhidos, principalmente pelas grandes potências, para aumentar e principalmente manter seu poder sobre os demais Estados. Para entender como a geopolítica funciona no SI, podemos pensar as estratégias de contenção utilizadas durante a Guerra Fria. É sabido que neste período, em que havia uma disputa por aliados entre os EUA e a URSS, havia estratégias para conter o avanço da influência socialista no caso

---

<sup>6</sup> Para que um Estado seja considerado uma superpotência ele deve possuir a capacidade de influir em eventos em escala mundial, projetando sua força pelo globo. As superpotências devem possuir capacidades políticas, militares de primeira classe e uma forte economia para sustentar tais capacidades. Eles devem ainda ser capazes, e também exercitar, alcance militar e político global. Além disso, eles precisam ser reconhecidos como tal. As superpotências devem ser atores ativos nos processos de securitização e dessecuritização em todas ou quase todas as regiões do sistema, seja como financiadores, aliados ou intervenientes (BUZAN e WAEVER, 2003).

<sup>7</sup> De acordo com Pecequilo (2010), o Sistema Internacional (SI) é caracterizado pelo cenário em que se processam as relações internacionais, envolvendo tanto atores estatais como não-estatais.

dos EUA, e capitalista no caso na URSS. Entretanto, mesmo após a desintegração da URSS (1991), os EUA não abandonaram essa estratégia de contenção, e embora a Rússia (Estado que “herdou” boa parte do poderio soviético) tenha se enfraquecido muito, os EUA continuaram a buscar mais poder e influência em regiões estratégicas e tentam acabar com as zonas de influência russas com a atuação da OTAN e da UE nos antigos Estados membros da ex-URSS. No final de 2014, a nova doutrina russa apontava a OTAN e os EUA como as principais ameaças para a segurança nacional do país (LIMA, 2016).

Para melhor entender essa disputa por zonas de influência é necessário definir o conceito de geopolítica que, para Visentini (2008), não se preocupa com o conhecimento geográfico ou científico de um aspecto da realidade, mas sim em estabelecer bases para que um Estado se fortaleça no cenário internacional, por meio de zonas consideradas estratégicas.

A partir deste panorama teórico, entender a aproximação entre a China e a Rússia se torna um ponto essencial para entender as dinâmicas geopolíticas e as alterações na balança de poder mundial pois,

De maneira mais específica e mais particular, entender as relações bilaterais implica avaliar seus conflitos e assimetrias, assim como as questões setoriais ligadas a transferências tecnológicas, investimentos no setor de energia e da infraestrutura, disputas e acordos sobre fronteiras, agenda diplomática, inserção internacional, processos de integração regionais, comércio bilateral, entre outros. Entende-se que as relações sino-russas são determinantes para o reordenamento mundial uma vez que são países que, com expressivos recursos de poder tangíveis e intangíveis, influenciam a estabilidade, a correlação de forças e os alinhamentos internacionais (PAUTASSO, 2013, p.21-22).

A China e a Rússia, após o final da Guerra Fria e do mundo bipolar, têm buscado uma maior aproximação devido a vários fatores, como sua geografia, já que ambos são países continentais e dividem fronteira, mas principalmente movidos por alguns interesses em comum e pelo desejo de conter a influência norte americana na região asiática e nas antigas áreas da URSS.

O BRICS<sup>8</sup> é um dos exemplos dos mecanismos utilizados pela China e também pela Rússia, como forma de se colocar nos mercados emergentes, servindo também como uma forma de coalizão para alterar a ordem mundial e formar uma balança de poder, garantindo assim a estabilidade nas Relações Internacionais (VISENTINI, 2017). Além disso, os dois países são importantes para a condução da política internacional, conforme assinala Visentini (2017),

No início do século XXI, as relações entre China e Rússia adquiriram um significado novo, que pode vir a pesar decisivamente nos desdobramentos da crise econômico-financeira mundial e, por extensão, em seus impactos políticos internacionais. Trata-se, respectivamente, da nação mais populosa e da mais extensa do planeta, as quais possuem notável complementariedade e integram o grupo BRICS. Ambas têm grande relevância econômica: a China como novo polo industrial do mundo [...]; já a Rússia é uma potência energética, que conta com recursos naturais estratégicos e tecnologia de ponta na área militar, aeroespacial e nuclear (VISENTINI, 2017, p. 80).

Aliado as questões acima citadas, ambos os países são membros permanentes do conselho de segurança da ONU, com poder de veto. O fato de possuírem arsenal nuclear faz com que os dois Estados tenham um poder de dissuasão, que vem aumentando com o passar do tempo e a medida em que há uma maior aproximação entre os dois (VISENTINI, 2017).

Além do BRICS, outros acordos e iniciativas de cooperação entre China e Rússia tem tido uma maior relevância, como é o caso da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), importante para a cooperação econômica e de segurança na região, da qual muitos Estados regionais têm solicitado fazer parte (VISENTINI, 2017). O objetivo dessas organizações, além da cooperação econômica, é também uma maior coalizão política, como meio de se fortalecerem nas relações internacionais. De acordo com Visentini (2017)

Na verdade, a China e essas três coalizões [BRICS, OCX e IBAS<sup>9</sup>] não buscam confrontar o Ocidente, mas garantir uma via pacífica para o

---

<sup>8</sup> Nomenclatura atribuída ao bloco de países formado por Brasil, Índia, China, Rússia e África do Sul.

<sup>9</sup> Sigla do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, do qual a China e Rússia tem participado.

estabelecimento de um sistema mundial multipolar e do reforço de organismos multilaterais. Atualmente há um desequilíbrio entre o poder militar e diplomático (Ocidental) e a formação de novos polos (multipolaridade) econômicos na periferia do sistema mundial (VISENTINI, 2017 p. 83).

Além do quadro econômico, a China está desafiando também a ordem institucional da Pax Americana. Primeiramente, através das demandas para uma grande reformulação da ordem institucional internacional, buscando uma maior participação dos mercados emergentes nas tomadas de decisões do Banco Mundial e FMI, expansão do Conselho de Segurança, entre outros assuntos. A última década presenciou a criação de novas instituições com potencial de constituir um paralelo à ordem internacional fora do quadro da Pax Americana. O mais importante deles pode ser considerado o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), apoiado por Pequim. Outros exemplos incluem a Organização de Cooperação de Xangai, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva, a União Econômica da Eurásia e os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul). O poder de permanência e o impacto dessas instituições são incertos, mas, no mínimo, são importantes simbolicamente. Destacam o declínio da ordem internacional americana pós-Segunda Guerra Mundial e a ascensão de novas potências como a China, Índia e o ressurgimento de antigas potências como a Rússia exigindo reconhecimento de seu status e prestígio na gestão do sistema internacional (LAYNE, 2018).

Para a presente análise, se faz importante também verificar se a teoria realista consegue explicar o caso chinês. Para Wang (2002), o realismo consegue explicar tanto o cenário Ocidental como o cenário Oriental, uma vez que, apesar de coexistirem separadamente por muito tempo na história, as formas de agir dos países asiáticos mostram uma grande similaridade com os Estados europeus, principalmente no que diz respeito a formação de alianças e à balança de poder, que pode ser evidenciado no protagonismo regional chinês ao longo de maior parte da sua história.

Para Pautasso (2011), o grande desafio da China é lidar com as incertezas e as mudanças no sistema internacional, além de lidar com a supremacia norte americana que tem buscado cada vez mais expandir seus domínios e sua influência internacional como única superpotência. Esse cenário

tem favorecido as iniciativas de cooperação entre China e Rússia, que têm uma história marcada pela alternância entre períodos de cooperação e rivalidades.

Além disso, com a chegada ao Kremlin em 2000, Putin foi capaz de reestabelecer a ordem no país, através de várias reformas estruturais, políticas e uma melhor gestão econômica. No cenário internacional, ele não apenas formalizou a parceria estratégica com a China, como buscou um maior protagonismo nos assuntos internacionais, com movimentos de aproximação com antigas áreas de influência e também passou a criticar veemente as ações da OTAN e do chamado escudo antimísseis na Europa (VISENTINI, 2017). Complementando esse cenário, Bordachev (2017) assinala que,

Against the background of the relative mess in the Western community, the high level political relations between China and Russia can be described as prosperous. In May 2015, President Xi attended the anniversary military parade in Moscow that was demonstratively boycotted by Western leaders. In May 2017, the Russian president was the only head of a major power, who attended the Belt and Road Forum held in Beijing. The Chinese capital seems to be a foreign city that the Russian leader visits most often. Putin and Xi Jinping are politicians who meet with each other more frequently than they do with any other world leaders. In 2017 alone, there were two such meetings held under different circumstances. One gets the impression that these meetings and talks have become a permanent channel for an exchange of information and views between close allies (BORDACHEV, 2017, texto digital).<sup>10</sup>

A grande indagação é saber qual a contribuição que uma aliança sino-russa pode dar à estabilidade ou instabilidade mundial, levando em consideração a existência de uma política americana cada vez mais imprudente e uma passividade hostil da Europa que cria um cenário de incertezas nas relações internacionais. Além disso, os Estados Unidos são duplamente imprevisíveis,

---

<sup>10</sup> Contra o pano de fundo da confusão relativa na comunidade ocidental, as relações políticas de alto nível entre a China e a Rússia podem ser descritas como prósperas. Em maio de 2015, o presidente Xi participou do aniversário do desfile militar em Moscou, que foi demonstrativamente boicotado pelos líderes ocidentais. Em maio de 2017, o presidente russo foi o único chefe de uma grande potência, que participou do Fórum Belt and Road, realizado em Pequim. A capital chinesa parece ser uma cidade estrangeira que o líder russo visita com mais frequência. Putin e Xi Jinping são políticos que se encontram com mais frequência do que com qualquer outro líder mundial. Só em 2017, houve duas dessas reuniões realizadas em diferentes circunstâncias. Tem-se a impressão de que essas reuniões e palestras se tornaram um canal permanente para uma troca de informações e opiniões entre aliados próximos (tradução nossa).

pois ninguém sabe o resultado da guerra que as elites estão travando contra o presidente, nem se sabe o que esperar das ações do próprio presidente Donald Trump. Os movimentos desses importantes atores mundiais - os Estados Unidos e a Europa - dificilmente se tornarão mais responsáveis ou previsíveis no futuro próximo. Assim, mais responsabilidade recai sobre outros membros-chave do sistema mundial e seus estados centrais, Rússia e China. Suas relações não devem derivar das ações frequentemente imprevisíveis do Ocidente em relação a Moscou e Pequim (BORDACHEV, 2017, texto digital). Somado a isso, as relações entre China e Rússia dificilmente serão evidenciadas através de uma aliança formal, pois,

The formal nature of Chinese-Russian relations should be separated from their national foreign policy agendas; the potential significance of a hypothetical Chinese-Russian alliance ought to be analyzed from the point of view of the need to preserve global peace. [...] If created, this alliance would reproduce in the current setting the Entente-Quadruple Alliance situation, where each grouping includes both status quo and rising states motivated either by the wish to turn the tables or dissatisfaction with the existing order. It is possibly for this reason that Moscow and Beijing should indeed not be in a hurry to formalize their allied relations at this historical stage. This would have made the international system dangerously inflexible and, as a consequence, vulnerable to conflict. And this is particularly threatening, given the present-day quality of foreign policies of states and the system characteristics of world politics (BORDACHEV, 2017, texto digital)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> A natureza formal das relações sino-russas deve ser separada de suas agendas nacionais de política externa; O significado potencial de uma hipotética aliança sino-russa deve ser analisado do ponto de vista da necessidade de preservar a paz global. Se criada, essa aliança reproduziria no cenário atual a situação da Aliança Entente-Quadrupla, em que cada agrupamento inclui status quo e estados ascendentes motivados pelo desejo de virar a mesa ou insatisfação com a ordem existente. É possivelmente por essa razão que Moscou e Pequim não devem ter pressa em formalizar suas relações aliadas nesse estágio histórico. Isso tornaria o sistema internacional perigosamente inflexível e, conseqüentemente, vulnerável a conflitos. E isso é particularmente ameaçador, dada a qualidade atual das políticas externas dos estados e as características do sistema da política mundial (BORDACHEV, 2017, texto digital).

De acordo com Buzan e Weaver (2003), a Rússia é considerada hoje uma Grande Potência<sup>12</sup> que deixou o status de Potência Regional<sup>13</sup> nos anos 1990 para virar uma Grande Potência a partir dos anos 2000, embora ela ainda não tenha conseguido alcançar plenamente o status de grande potência, uma vez que suas ações ainda se limitam muito ao espaço da antiga União Soviética. Já a China é uma Grande Potência Legítima<sup>14</sup>, uma vez que possui maiores recursos de poder, principalmente econômicos. Conforme assinala Visentini

A cooperação entre a Rússia e a RP da China tem sido intensa nos campos econômico-comercial, tecnológico-militar, diplomático e de segurança. Especialmente importante têm sido as vendas de armamento sofisticado e a transferência de tecnologia avançada no campo aero-espacial e nuclear. Independente das mudanças que venham a ocorrer na política interna russa, esta cooperação tende a se manter. (VISENTINI, 2010, p. 169).

Além da parceria estratégica com a Rússia, economia chinesa, como nos mostram os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), tem tido um ótimo desempenho nos últimos anos, com taxas de crescimento altíssimas, variando de 14% a 7,5%. Já o desempenho russo não tem sido muito satisfatório: embora tenha crescido, não chega nem a metade do crescimento chinês (Gráfico 1).

Para Procópio (2010), a participação da China nos assuntos internacionais tem crescido muito, sustentando a ideia de muitos autores de que a China seria o principal “concorrente” dos EUA pela hegemonia internacional. Mas o empecilho para isso é que a China ainda tem um arsenal militar reduzido (Gráfico 2), embora esteja investindo em pesquisas e desenvolvendo parcerias

---

<sup>12</sup> A obtenção de um status de grande potência é menos exigente em termos de capacidade e comportamento se comparado às superpotências. As grandes potências não precisam necessariamente ter grandes capacidades em todos os setores e não precisam estar ativamente presentes nos processos de securitização de todas as áreas do sistema internacional. O que distingue as grandes potências das potências regionais é que uma grande potência é tratada nos cálculos de outras grandes potências, como se tivesse o claro potencial econômico, militar e político de concorrer ao status de superpotência a curto ou médio prazo (BUZAN e WAEVER, 2003).

<sup>13</sup> Poderes regionais definem a polaridade de qualquer complexo regional de segurança (RSC): unipolar como na África Austral, bipolar como no sul da Ásia, multipolar como no Oriente Médio, América do Sul e Sudeste Asiático. Suas capacidades são grandes em suas regiões, mas não contam muito de maneira ampla no nível global. Os poderes de nível mais alto respondem a eles como se sua influência e capacidade fossem principalmente relevantes para os processos de securitização de uma determinada região (BUZAN e WAEVER, 2003)

<sup>14</sup> Ao contrário da Rússia, a China possui todos os recursos necessários para ser classificada como grande potência, por isso os autores Buzan e Waever a denominam como grande potência legítima.

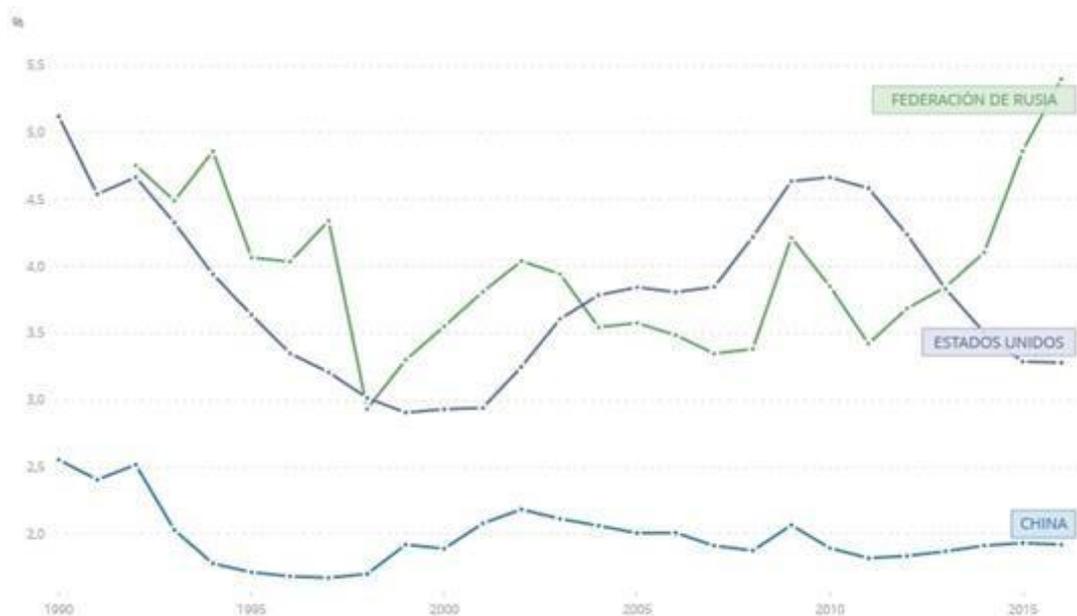
com a Rússia, o investimento ainda é muito tímido comparado à outras potências como Rússia e EUA.

Gráfico 1 – Comparação do crescimento real do PIB Chinês, Russo e Estadunidense em valores percentuais desde 1980 (%)



Fonte: (Fundo Monetário Internacional, 2018)

Gráfico 2 – Comparação gastos militares da China, Rússia e Estados Unidos desde 1990 (%)



Fonte: (Banco Mundial, 2018)

Embora a diferença dos gastos militares chineses em relação à Rússia e aos EUA, são notórios os avanços chineses nos últimos anos em desenvolvimento e investimento bélico, que tem crescido anualmente. Além disso, de acordo com dados do Banco Mundial (2017), a China é agora a segunda maior economia do mundo, o que a coloca como uma potência econômica global, com um PIB de US\$11 trilhões, o que representa 14,8% da economia mundial, superada apenas pelos EUA com US\$ 18 trilhões, que representa um quarto na participação da economia global (24,3%).

Os crescentes gastos militares da China e a modernização das suas forças armadas são apenas um reflexo do seu igualmente rápido crescimento econômico. De fato, a política oficial da China é de que sua modernização militar depende e está subordinada ao desenvolvimento econômico nacional (FREEMAN, 2014). Conforme destaca Visentini (2017),

Se observa que o avanço econômico da China tem sido acompanhado da ampliação e modernização de suas forças armadas. Já a Rússia, de Vladimir Putin, única nação com capacidade tecnológico-militar para rivalizar com os Estados Unidos, travou uma guerra na Geórgia e entrou em rota de colisão com a Ucrânia, que mergulhou em uma

guerra civil. [...] os EUA tentam implantar o chamado escudo antimísseis na Europa e na Ásia Oriental, enquanto expande a OTAN cada vez mais para as fronteiras da Rússia, provocando a reação de Moscou (VISENTINI, 2017, p. 8).

O ressurgimento da Rússia como uma grande potência é visto com desconfiança pelos EUA, motivo pelo qual ele segue investindo na OTAN, como um mecanismo de controle, já que a Rússia é um Estado relevante insatisfeito com a atual distribuição de poder internacional. De acordo com Kissinger (2015), depois da revolução francesa e a era de napoleão, a Rússia passou a exercer um papel único nas relações internacionais, fazendo parte tanto do equilíbrio de poder europeu quanto do asiático, contribuindo de forma intermitente para o equilíbrio de poder mundial.

A aproximação estratégica sino-russa pode ser analisada como uma forma de buscar o equilíbrio de poder nas Relações Internacionais. Segundo Morgenthau (1948), o equilíbrio de poder se caracteriza por um cenário de estabilidade dentro de um sistema em que vários atores/Estados estão atuando, tentando manter ou alterar o *status quo* das relações internacionais. Sempre que este equilíbrio é alterado por alguma força externa ou interna há uma tendência a se reestabelecer o equilíbrio original ou criar-se um novo, pois sem esse equilíbrio, um dos elementos pode se sobrepor aos demais, desrespeitando seus interesses e direitos, podendo destruí-lo.

De acordo com Bull (1997), a principal função do equilíbrio de poder não é a preservação da paz, mas sim a preservação do próprio sistema de Estados, pois quando há somente um Estado preponderante ele pode ser tentado a desrespeitar o direito internacional e impor leis aos demais, desconsiderando os direitos dos outros sem medo de que seus direitos também sejam desrespeitados.

Neste sentido, o equilíbrio de poder se faz importante como uma ferramenta para limitar a ação dos Estados mais preponderantes, ou seja, onde há equilíbrio de poder um Estado vai influenciar a decisão do outro, podendo assim o direito internacional ser mais respeitado, pois,

Qualquer que seja a ideologia, as instituições, a virtude e as boas intenções de um estado preponderante, a sua posição representa por si mesma uma ameaça aos outros estados; uma ameaça que não pode

ser contida por acordos ou leis, mas unicamente pela presença de um poder capaz de se opor a este estado (BULL,1997, p.128).

Esse equilíbrio de poder, está muito ligado ao conceito de ordem mundial, que trata sobre os cenários de distribuição de poder considerados justos e aplicáveis ao mundo todo. De acordo com Kissinger (2015), o conceito de ordem mundial que mais é aceito hoje surgiu com a paz de Vestfália (1648), onde se definiu que os Estados possuem soberania sobre seu respectivo território, e que os mesmos não deveriam intervir em assuntos internos uns dos outros. Essa ordem, baseada no sistema de Estados, seria então mantida pelo equilíbrio de poder, percebido como natural e desejável, já que se cria um conjunto de regras e arranjos aceitos pela maioria e também mecanismos para limitar a ação de um ou mais Estados que pretendam violar essas regras, impedindo assim que um ator subjugu a todos os outros.

Os conceitos de ordem mundial se fundiram com a operação do equilíbrio de poder na Europa. A ordem internacional é a aplicação prática desses conceitos a uma parte substancial do globo — grande o bastante para afetar a balança global de poder. Para Kissinger (2015), o

Consenso sobre a legitimidade dos arranjos não significa — hoje, como no passado — que não existam competições ou conflitos, mas ajuda a garantir que estes ocorrerão como ajustes dentro da ordem existente, não como desafios fundamentais a essa ordem. Um equilíbrio entre forças não é por si só uma garantia de paz, porém, se estruturado e evocado com sabedoria, pode limitar o alcance e a frequência de desafios fundamentais e diminuir suas chances de sucesso quando ocorrerem (KISSINGER, 2015, p.17).

Dessa forma, o Estado foi consagrado a principal estrutura de ordem, sendo definido a sua soberania, ou seja, o direito de escolher sobre como tratar seus assuntos internos. Caso um Estado aceitasse esses requisitos básicos, poderia ser reconhecido como um cidadão internacional capaz de manter sua própria cultura, política, religião e práticas internas, protegido pelo sistema internacional contra intervenções externas motivo pelo qual esse modelo se expandiu (KISSINGER, 2015).

Essa ordem, portanto, pode ser alterada por vários motivos. A eleição de Trump nos Estados Unidos em 2017 representou uma ameaça à durabilidade da

ordem internacional liberal baseada em regras e normas, devido à sua política protecionista e seu slogan “*America First*”, o que gerou uma desconfiança em seus aliados (principalmente aliados tradicionais que fazem parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte), abrindo oportunidades para uma maior aproximação destes com a China e a Rússia (LAYNE,2018).

Para Bordachev (2018) a nova política dos EUA, principalmente durante o governo Trump, que no fim de 2017 declarou no programa de política exterior e nos documentos estratégicos dos EUA que a Rússia e a China são seus países adversários, além de lançar em 2018 uma guerra comercial contra a China que impôs sanções contra os gigantes da indústria chinesa, como, por exemplo, o produtor de produtos eletrônicos Huawei, está levando a uma maior aproximação entre a China e a Rússia. Para o autor,

In today's world, any alliance between major powers that does not include the United States is inevitably anti-American by nature. This would elicit a strong reaction from Washington and its allies that could, in turn, unbalance, if not ruin, the entire global economic system, of which China and, to a much lesser extent, Russia are beneficiaries. Moscow is also reluctant to link its enormous nuclear missile arsenal to China, whose policies in Southeast and East Asia are becoming increasingly assertive. All this warrants even more caution in considering the very idea of an alliance between Russia and China (BORDACHEV, 2016, texto digital).<sup>15</sup>

Ainda segundo Bordachev (2018), os EUA esperavam que a iniciativa chinesa de construir o Cinturão da Rota da Seda provocasse um confronto com a Rússia, por atrair os países da região. Entretanto, a Rússia prestigiou os investimentos chineses nas ex-repúblicas soviéticas, pois estes podem contribuir para a estabilidade socioeconômica na Ásia central, e está ainda interessada em

---

<sup>15</sup> No mundo de hoje, qualquer aliança entre grandes potências que não inclua os Estados Unidos é inevitavelmente antiamericana por natureza. Isso provocaria uma forte reação de Washington e seus aliados, que poderia, por sua vez, desequilibrar, se não arruinar, todo o sistema econômico global, do qual a China e, em muito menor grau, a Rússia são beneficiárias. Moscou também está relutante em ligar seu enorme arsenal de mísseis nucleares à China, cujas políticas no sudeste e no leste da Ásia estão se tornando cada vez mais assertivas. Tudo isso merece ainda mais cautela ao considerar a idéia de uma aliança entre a Rússia e a China (tradução nossa).

expandir a presença chinesa no campo da segurança. A razão para essa posição é simples, Pequim não planeja transformar estes países em regimes nacionalistas e antirrusos, como fazem Washington e seus aliados. Neste sentido, a Rússia e a China estão em plena sintonia.

Os objetivos chineses de desenvolver e melhorar o seu papel a nível global, oferecendo uma alternativa a países do terceiro mundo, ou seja, uma fonte de recursos para o desenvolvimento independente das instituições ocidentais, bem como um enorme mercado, estão colocando em xeque o controle sobre a economia mundial estadunidense. Isso fez com que os Estados Unidos passasse a perceber a China como um potencial rival, embora ainda mantenham uma boa relação em muitos aspectos, os primeiros desafios começam a surgir (BORDACHEV, 2018).

A partir deste panorama, percebe-se que há um desequilíbrio de poder no Sistema Internacional, com a unilateralidade dos Estados Unidos como única superpotência. Entretanto, esse cenário vem se alterando aos poucos, primeiramente pelos empecilhos encontrados pelos EUA em manter a ordem mundial e também pela existência de grandes potências como a Rússia, insatisfeita com a atual distribuição de poder e buscando por maior assertividade nas relações internacionais, ao mesmo tempo em que a China, com seu ótimo desempenho econômico e seus crescentes investimentos em poder militar, começa a dar sinais de que irá defender seus interesses e sinaliza uma boa relação com a Rússia como mecanismo de projeção euroasiática e como forma de contrabalançar o poderio americano.

No próximo capítulo será analisada um pouco da história e a ascensão chinesa, principalmente na virada no século XX para o século XXI, tanto nos aspectos ideacionais como materiais, com o objetivo de entender os interesses chineses e analisar como a projeção do país asiático afeta e afetará no futuro as dinâmicas das relações internacionais e a ordem mundial.

## 2 A CHINA NA VIRADA DO SÉCULO XX PARA O SÉCULO XXI

A República Popular da China (RPC), ou simplesmente China, foi por muitos séculos uma grande potência no mundo oriental. Depois da Segunda Guerra mundial, o Partido Comunista da China, sob controle de Mao Zedong, estabeleceu um sistema socialista autocrático que assegurou a soberania chinesa e ao mesmo tempo impôs controles rigorosos sobre a vida da população. Após 1978, o sucessor de Mao, Deng Xiaoping estabeleceu uma política mais voltada para o Mercado, fazendo com que a China aumentasse significativamente sua participação nas organizações, nos assuntos e principalmente no comércio internacional (THE WORLD FACTBOOK, 2018). Conforme destaca Visentini (2017),

Em 1949, com a proclamação da República Popular da China (RPC), Mao Zedong anunciava o nascimento da *Nova China*. Ao longo de três tumultuadas décadas, o país logrou reafirmar sua soberania e ocupar um espaço político relevante como membro permanente do conselho de segurança da ONU (1971) [...] Nas três décadas seguintes, o país lançou um complexo e dinâmico modelo de desenvolvimento que não apenas alterou qualitativamente sua realidade interna, como também teve um profundo impacto nas relações internacionais econômicas e geopolíticas internacionais. (VISENTINI, 2017, p.65, grifo do autor).

Desde o final da década de 1970, a China passou de um sistema fechado e centralizado para uma maior orientação ao mercado internacional, desempenhando um papel importante no comércio mundial. Foram implementadas reformas graduais, que resultaram em ganhos de eficiência e contribuíram para um aumento do PIB em mais dez vezes desde 1978 (THE WORLD FACTBOOK, 2018). Em 2010 ela se tornou o maior exportador do mundo e em 2013 a maior nação comercial, seu crescimento do PIB tem se mantido acima de 6% nos últimos anos (THE WORLD FACTBOOK).

Essas transformações profundas pelas quais a China passou ao longo das últimas três décadas tiraram o país do obscurantismo da chamada Revolução Cultural (1966-1976)<sup>16</sup> A política de abertura comercial, teve início com a morte de Mao Zedong e a chegada ao poder de Deng Xiaoping (INSIGHT GEOPOLÍTICO, 2011). Além disso,

De acordo com a doutrina formulada pelo novo líder no final da década de setenta, a China deveria consolidar o seu forte crescimento sem que isso criasse uma coalizão inimiga que temesse e confrontasse o poderio do país. Em outras palavras, a política externa chinesa deveria ser pautada por ideais de não agressão, em que a China não buscaria assumir uma postura de liderança global, investindo na cooperação com os Estados Unidos e aceitando fazer negócios com qualquer país que reconhecesse a legitimidade do governo de Pequim. No entanto, o atual estágio econômico e político do país desafia este posicionamento e a continuidade desta política é questionada tanto internamente como por outros países (INSIGHT GEOPOLÍTICO, 2011, texto digital).

---

<sup>16</sup> A revolução cultural foi um período de transformações políticas e sociais que agitaram a China entre 1966 e 1976. Quem a desencadeou foi Mao Zedong, que liderava o país desde 1949, quando os comunistas chegaram ao poder. Insatisfeito com os rumos do sistema que ele mesmo havia implantado, Mao queria que a China fugisse do modelo soviético de comunismo, por considerá-lo falido e onde os burocratas do governo viviam num mundo irreal, com mordomias que o resto da população não tinha. Assim, numa reunião do Comitê Central do Partido Comunista Chinês (PCC), em agosto de 1966, ele lançou formalmente a Revolução Cultural. Seus objetivos eram corrigir o rumo das políticas do PCC; substituir seus sucessores por líderes mais afinados com o que pensava; assegurar uma experiência revolucionária à juventude chinesa; e tornar menos elitistas os sistemas educacional, cultural e de saúde.

O enorme crescimento econômico da China foi acompanhado por alterações na sua política externa e por uma maior relevância internacional. Esse crescimento foi visto por muitos Estados com desconfiança em relação às aspirações chinesas em relação a política mundial. Uma das formas de entender a posição do país é analisando a sua política externa, que será abordada a seguir.

### 3.1 Política Externa Independente da Paz

A política externa chinesa possui um forte apelo em relação a preservação da paz mundial e da cooperação internacional. Conforme o documento oficial do governo,

China firmly pursues an independent foreign policy of peace, the fundamental goal of which is to safeguard its independence, sovereignty and territorial integrity, create a favorable international environment for implementing its reform and opening to the outside world and modernization drive, safeguard world peace and promote common development (CHINA'S INDEPENDENT FOREIGN POLICY OF PEACE, 2003, texto digital).

De acordo com a Política Externa Independente de Paz, os principais objetivos da política externa chinesa são: a *política independente*, que trata os assuntos internacionais de forma autônoma, afirmando que o país não fará parte de alianças nem cederá a pressões externas ou a coalizações; *oposição ao hegemonismo e salvaguarda da paz mundial*, reforçando a igualdade entre os países e a solução pacífica de conflitos, sem intervir em assuntos internos de outros Estados; *promover ativamente uma nova ordem política e econômica justa e racional*, reforçando que os cinco princípios da coexistência pacífica<sup>17</sup> e outras normas universais que regem as relações internacionais devem ser a base dessa nova ordem; *desenvolver relações de amizade e cooperação*

---

<sup>17</sup> São eles: respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não-agressão mútua, não-interferência nos assuntos internos de outro Estado, igualdade e benefício mútuo e coexistência pacífica entre os Estados.

*baseado nos cinco princípios da coexistência pacífica; abertura ao mundo exterior*, a China está pronta para realizar uma ampla cooperação comercial, econômica e técnica e intercâmbios científicos e culturais; como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, *a China participa ativamente na diplomacia multilateral* para salvaguardar a paz mundial e a estabilidade regional (CHINA'S INDEPENDENT FOREIGN POLICY OF PEACE, 2003).

Resumindo, as prioridades da política externa chinesa consistem na sua modernização, no fortalecimento do nacionalismo e integridade territorial, sua projeção regional e a utilização da sua economia, pragmatismo e flexibilidade como forma de se inserir no sistema internacional. A China consegue, dessa forma, se aproveitar do vácuo de poder de forma geral e da Rússia de forma particular para vir a se tornar uma potência em escala global (PAUTASSO, 2013).

No que concerne a cooperação, a política externa chinesa define que

The basic stand of China's foreign policy is to enhance solidarity and cooperation with the other third world countries. China and other developing countries share common historical experiences and are faced with the common goal of safeguarding national independence and bringing about economic progress. The foundation of their cooperation is solid and the prospect is vast. (CHINA'S INDEPENDENT FOREIGN POLICY OF PEACE, 2003, texto digital)

Alinhado com a política externa, de acordo com o Ministério de Defesa Nacional (2018) a China possui uma política de defesa nacional defensiva, com o intuito de proteger sua população e seu território. Para isso a China busca criar uma defesa nacional e um arsenal militar forte, compatível com a segurança nacional e seus interesses de desenvolvimento, melhorando o desempenho das forças armadas, implementando a estratégia militar de defesa ativa, e perseguindo uma estratégia nuclear autodefensiva, fomentando um ambiente de segurança.

Embora a China mantenha esse discurso pela paz e cooperação mundial, essa posição de não interferir em assuntos globais enfrenta vários desafios e começa a ser colocada em xeque, uma vez que a China possui interesses em várias partes do mundo e a sua consolidação como potência econômica e política depende da capacidade do país em assegurar esses interesses vitais, como o acesso a fontes de energia e a pontos estratégicos de navegação, entre outros (INSIGHT GEOPOLÍTICO, 2011).

Um exemplo dessa dificuldade que a China possui em manter a coerência entre o seu discurso político e seus interesses nacionais, é o conflito no mar do Sul da China, onde a China tenta ampliar sua influência em um ponto importante por se tratar de uma rota estratégica tanto para a segurança do território chinês quanto para a garantia sobre rotas marítimas essenciais para o enorme comércio do país, mas também de grande interesse para outros Estados vizinhos e pelos Estados Unidos, que não pretendem assistir à situação de forma passiva, dessa forma, pela primeira vez, Pequim está repensando sua atitude passiva nas relações exteriores, seja por vontade própria ou por imposição das circunstâncias (INSIGHT GEOPOLÍTICO, 2011).

Para Stanzel (2017) o declínio aparente dos Estados Unidos com o novo presidente Donald Trump desencadeou novos debates sobre a China assumir o papel de uma superpotência mundial. A China se tornou uma superpotência econômica e vem se tornando um ator importante para a política mundial. Após o final da Guerra Fria e a vitória dos EUA a relação entre esses dois países tornou-se um elemento essencial para a busca da paz mundial e o equilíbrio nas relações internacionais (KISSINGER, 2011). Para entender o papel da China nessa nova distribuição de poder mundial, é necessário entender um pouco da história da China nas Relações Internacionais e como seu contexto cultural afeta sua participação internacional.

Mesmo se tratando de um Estado milenar, a China nunca se viu obrigada a se relacionar com outras civilizações que se comparassem ao seu nível de sofisticação (KISSINGER, 2011). Historicamente, a China não tem demonstrado ambições territoriais fora do continente asiático. Mesmo tendo iniciado

navegações e ter possuído grandes frotas marítimas sofisticadas 150 anos antes mesmo do nascimento da armada espanhola, estas foram utilizadas apenas como instrumento para abrir novas rotas comerciais, exercendo um tipo de soft power chinês (KISSINGER, 2011).

Para Kissinger (2011, p.31) essa posição chinesa deve-se muito a seus valores cultivados através da sua cultura milenar, pois, “Os chineses jamais geraram um mito de criação cósmica. Seu universo foi criado pelos próprios chineses, cujos valores, mesmo quando declarados como sendo de aplicabilidade universal, foram concebidos como originariamente chineses”.

Muitos desses valores derivaram das ideias do filósofo Confúcio (551-221 a.C.), que se preocupava com o cultivo da harmonia social e pregava sobre a hierarquia social, onde o dever fundamental era “conhecer o seu lugar”, orientando o comportamento individual correto na busca de uma harmonia superior. Nesse cenário o imperador chinês era a figura mais alta, que desempenhava o papel de um soberano político e metafísico (intermediador entre o Céu, a Terra e a Humanidade) (KISSINGER, 2011). O autor acrescenta que,

Quando [a China] entrou no período moderno, contava havia mais de um milênio com uma burocracia imperial formada (...) permeando e regulando todos os aspectos da economia e da sociedade. A abordagem chinesa da ordem mundial foi assim vastamente diferente do sistema que se instalou no ocidente. A moderna concepção ocidental de relações internacionais emergiu no século XVI E XVII, quando a estrutura medieval da Europa se dissolveu em um grupo de Estados de força aproximadamente equivalente (...). A diplomacia da balança de poder foi menos uma escolha do que uma inevitabilidade. Nenhum Estado era forte o bastante para impor sua vontade; nenhuma religião detinha autoridade suficiente para sustentar a universalidade. O conceito de soberania e a igualdade jurídica dos Estados tornaram-se a base do direito internacional e da diplomacia. A China, por outro lado, nunca se envolveu em um contato prolongado com outro país, numa base de igual para igual, pelo simples motivo de que nunca encontrou sociedades de cultura ou magnitude comparáveis (KISSINGER, 2011 p. 34).

Para Kissinger (2011), assim como os EUA, a China se via desempenhando um papel especial, mas este último não desejava expandir seus

valores pelo mundo, pois, para os imperadores chineses, não era prático pensar em influenciar países que tiveram a “infelicidade” de situar-se tão longe da China. Dessa forma, os chineses restringiram-se a controlar os bárbaros nas suas fronteiras e manter uma relação amigável com aqueles que reconhecessem o papel central da China, em troca conferia-lhes benefícios como o direito ao comércio.

Desde a sua fundação, a República Popular da China tem persistentemente aplicado uma política diplomática de independência, de autonomia e de paz, e tem desenvolvido ativamente, baseada nos cinco princípios de coexistência pacífica, relações amistosas de igualdade e benefício recíproco com diversos países do mundo, reforçado a unidade e a cooperação com os países do terceiro mundo e opondo-se ao hegemonismo em prol da paz mundial (DUQING, 2013).

Os chineses têm sido astutos praticantes da *realpolitik*<sup>18</sup> e possuem uma estratégia diplomática distinta da estratégia e diplomacia que foi favorecida pelo Ocidente, com a expansão dos seus ideais democráticos e liberais. O ideal chinês enfatiza a sutileza, as vias indiretas e o paciente acúmulo de vantagens relativa. Para eles o vencedor nem sempre é óbvio. Os pensadores chineses desenvolveram uma filosofia estratégica que estabelecia uma recompensa pela vitória mediante a vantagem psicológica e pregava evitar o conflito (KISSINGER, 2011).

Esse apanhado histórico nos ajuda a compreender a posição chinesa diante das mudanças na balança de poder mundial. Para muitos autores, a China ainda não possui uma “grande estratégia” para assumir o papel de uma grande potência internacional, mas algumas ações de Xi Jinping indicariam as aspirações chinesas. Para Stanzel (2017), Xi Jinping está promovendo um novo tipo de relação de poder com os Estados Unidos, insinuando um mundo bipolar (USA –China) e propondo inclusive “soluções chinesas” para assinalar que a China pode ter melhores soluções para problemas regionais e globais que outros países, inclusive melhores que os EUA.

---

<sup>18</sup> política ou diplomacia baseada primariamente em considerações de determinadas circunstâncias e fatores, em vez de noções ideológicas explícitas ou premissas morais e éticas.

Um dos principais sinais dessa solução chinesa é o projeto Belt and Road Initiative (BRI)<sup>19</sup> e o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB)<sup>20</sup>, lançados por Xi Jinping em 2013. O BRI visa melhorar a infraestrutura global de transporte promovendo o comércio e o desenvolvimento econômico através da construção de conexões de transporte que unirão os centros de manufatura do leste asiático com os mercados e os fornecedores de matérias-primas na Ásia e na África. Conectando assim os países asiáticos à Europa, e criando novos mercados ao mesmo tempo em que serve aos interesses geopolíticos e econômicos chineses, afirmando a China como uma grande potência marítima (STANZEL, 2017). Para Stanzel (2017),

A grand strategy reflects the vision that a state has for itself and for its desired position in the international system. It is meant to shape the international environment in a way that benefits the state's long-term strategic objectives. It is a topdown approach, assumed to be sustained over a long period of time, and it seeks to mobilise and integrate all the available domestic resources and instruments of national power (not just military but also diplomatic, economic, financial, intellectual, cultural and political),<sup>19</sup> in order to shape the international environment in ways that reflect the values of the state and serve its national interests. (STANZEL, 2017, p.5)

O projeto Belt and Road Initiative se encaixa muito bem nessa descrição, e esse pode ser um dos principais meios para a China conquistar seu espaço como grande potência internacional, ou mesmo uma superpotência. Entretanto, há alguns empecilhos nesses grandes investimentos estrangeiros, uma vez que ficará difícil para a China continuar a expandir seus interesses e manter o princípio de não interferência em outros Estados (STANZEL, 2017).

---

<sup>19</sup> Iniciativa do Cinturão da Estrada, ou nova Rota da Seda. A China investiu grandes quantidades de seus recursos financeiros nos países do Cinturão e da Estrada, oferecendo empréstimos de até US \$ 110 bilhões para mais de 600 projetos. Só em 2016, 61 países assinaram acordos de cooperação industrial com a China (STANZEL, 2017).

<sup>20</sup> AIIB foi criado para auxiliar financeiramente o Belt and Road Initiative e se tornou a segunda maior agência multilateral de desenvolvimento do mundo, ultrapassando o Asian Development Bank em número de membros (STANZEL, 2017).

Além do ambicioso projeto de infraestrutura internacional chinês, o AIIB também é visto como um mecanismo de projeção de poder chinês. Conforme afirma Layne (2018),

Beijing envisions the AIIB as a rival to the IMF and World Bank. In discussions of Sino-American rivalry, less attention is usually paid to these issues than to the military balance between the United States and China, or to the flashpoints—the South China Sea, the East China Sea, Taiwan, the Korean peninsula—that could spark a conflict. But the contest for international economic and financial leadership, and for the guiding hand in reconfiguring the twenty-first century's international institutions, will also shape relations between Washington and Beijing, and help determine the fate of the Pax Americana (LAYNE, 2018, p. 102)<sup>21</sup>.

Graças ao BRI e ao AIIB, a China se tornará um “*rule maker*” das relações internacionais. Seu círculo de amizades vem aumentando e mais de 100 países e organizações já expressaram seu apoio ao ambicioso projeto. Como resultado dessa maior cooperação internacional, a China está consolidando seu status como uma potência econômica global e líder de uma nova fase da globalização, enquanto os Estados Unidos veem sua hegemonia aos poucos ser restringida e até mesmo marginalizada (STANZEL, 2017).

Somado a isso, a China está defendendo ativamente o multilateralismo centrado nas Nações Unidas, pedindo uma rede de parceria global com cooperação vantajosa, confiança mútua, abertura e igualdade e um novo tipo de estrutura coletiva, cooperativa e de segurança comum. Apesar dos obstáculos levantados pelos EUA, Japão e outros países, a China e a ASEAN adotaram um quadro para um Código de Conduta no Mar da China Meridional, que mostra que os países relevantes têm uma profunda compreensão do novo conceito de segurança proposto pela China (YAFEI, 2017). Para Visentini (2017),

---

<sup>21</sup> Pequim prevê a AIIB como rival do FMI e do Banco Mundial. Em discussões sobre a rivalidade sino-americana, menos atenção é geralmente dada a essas questões do que ao equilíbrio militar entre os Estados Unidos e a China, ou aos pontos críticos - o Mar da China Meridional, o Mar da China Oriental, Taiwan, a península coreana - que poderiam desencadear um conflito. Mas a disputa pela liderança econômica e financeira internacional e pela orientação na reconfiguração das instituições internacionais do século XXI também vai moldar as relações entre Washington e Pequim e ajudar a determinar o destino da Pax Americana (tradução nossa).

No plano global, a China busca fortalecer as Nações Unidas e a promover a formação de um sistema mundial multipolar. Evitando confrontação e mantendo um perfil discreto. Beijing busca ampliar o número de parceiros, evitando qualquer possível isolamento. Mais do que tudo o governo chinês visa garantir a paz e a estabilidade internacionais, condição indispensável à manutenção de seu elevado crescimento econômico (VISENTINI, 2017, p.73).

Ainda de acordo com Visentini (2017), a China procura evitar tanto a hegemonia estadunidense quanto a sua própria, pois seu principal objetivo continua sendo o crescimento econômico e o seu desenvolvimento. Entretanto, manter essa posição vem se tornando cada vez mais difícil, uma vez que a China é o único país em desenvolvimento que está no núcleo de poder mundial, ou seja, é um membro permanente do conselho de segurança da ONU, possui uma indústria aeroespacial, arsenal nuclear e começou a fazer parte da OMC a partir de 2002, facilitando ainda mais sua inserção no comércio mundial.

No século XXI, a China passou a exportar tanto para os países desenvolvidos como para países subdesenvolvidos, desenvolvendo uma cooperação Sul-Sul, pois em contrapartida adquiria desses países grandes quantidades de alimentos, gás, petróleo e matérias primas, que tem sido sua principal prioridade para manter um crescimento econômico sustentado (VISENTINI, 2017).

Entretanto, para manter esse ritmo de crescimento e desenvolvimento, a China precisa garantir suas fontes energéticas, seu acesso ao mar para escoamento da produção, suas fontes de matérias primas, etc. Neste cenário começam a surgir os primeiros conflitos e empecilhos, tanto regionais como globais. O mar da China Meridional é um exemplo de disputa territorial, que envolve as ilhas de Spratly e Paracel, reivindicadas pela China, Filipinas, Taiwan, Vietnã, Malásia e Brunei. Além de acesso ao mar, acredita-se que nessa região encontra-se uma das maiores reservas de petróleo do mundo, um dos motivos pelo qual nenhum dos Estados pretende abrir mão da disputa (VISENTINI, 2017).

Para Visentini (2017), esse crescimento da China, a relação com os países subdesenvolvidos (importação de matérias primas, exportação de bens manufaturados e concessão de empréstimos, “plano Marshal” chinês para a

África<sup>22</sup>, etc.), além da compra de títulos da dívida externa europeia e americana, faz com que as grandes potências percebam o avanço da China sobre suas economias, e com isso aumenta cada vez mais a percepção do “perigo” que a China representa para o cenário internacional. Sendo assim,

Mesmo em termos geopolíticos, as estratégias antichinesas têm-se revelado de pouco efeito, pois a integração continental da eurásia, com a nova Rota da Seda, aparece como uma alternativa fora do alcance do Ocidente. A Rússia, sob embargo Ocidental, tem resistido bem estabelecendo maior cooperação com a China. E outros países o fazem apenas por razões econômicas (VISENTINI, 2017 p. 70)

Desse capítulo, conclui-se que, apesar de apresentar uma política externa que enfoca na paz e cooperação mundial, a china tem buscado, e em alguns aspectos sendo forçada, a defender seus interesses na política internacional, além de uma parceria estratégica com a Rússia como forma de gerar um equilíbrio de poder. O soft power é uma das principais estratégias adotadas pela China atualmente como forma de aumentar sua influência no sistema internacional. O seguinte capítulo terá como objetivo aprofundar a discussão sobre a China e a distribuição de poder no século XXI, analisando as dimensões materiais da projeção internacional chinesa e a estrutura da distribuição de poder atual, bem como os cenários possíveis para a futura relação entre China, Rússia e Estados Unidos.

---

<sup>22</sup> A china tem disponibilizado recursos para investimentos em infraestrutura e desenvolvimento para os países Africanos, o que gerou uma boa relação entre esses países e a China.

### **3 A CHINA E A DISTRIBUIÇÃO DE PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS**

Para entender a conjuntura atual da balança de poder, é necessário analisar as mudanças que ocorreram na ordem e na balança de poder mundial no período pós-Guerra Fria, quando os Estados Unidos se colocaram como Estado hegemônico, o que configurou um sistema unipolar. Esse poder hegemônico dos EUA tornou possível a consagração da ordem internacional liberal baseada em regras após 1945, conhecida como Pax Americana, que, por sua vez, reforçou a preeminência estadunidense no SI. De acordo com Layne (2018),

When the Second World War ended, the United States, by virtue of its overwhelming military and economic supremacy, was incontestably the most powerful actor in the international system. Indeed, 1945 was America's first unipolar moment. The US accounted for 50 per cent of world GDP. The dollar displaced the pound sterling as the international economic system's premier reserve currency. The US held the biggest share of both foreign exchange reserves and gold. At the end of the Second World War, America's air and naval power gave it unchallengeable global power projection capabilities. And, of course, the US had a monopoly on nuclear weapons (LAYNE, 2018, p. 91)<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Quando a Segunda Guerra Mundial terminou, os Estados Unidos, em virtude de sua esmagadora supremacia militar e econômica, eram incontestavelmente o ator mais poderoso do sistema internacional. De fato, 1945 foi o primeiro momento unipolar dos EUA. Os EUA

A transição de um mundo bipolar para um mundo unipolar trouxe consigo muitos questionamentos sobre o que aconteceria a seguir e se a ordem mundial americana seria capaz de permanecer no poder. Conforme destaca Layne (2018), o destino das ordens internacionais está intimamente ligado à dinâmica de transição de poder. Ao longo da moderna história internacional, a ordem mundial prevalecente refletiu o equilíbrio de poder que existia no momento de sua criação. Quando essa balança muda o suficiente, a ordem antiga tende a ser substituída por uma nova.

Na história internacional moderna, houveram duas ordens internacionais liberais. A primeira foi a Pax Britannica, que durou de 1815 até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, e a segunda, que se legitimou após a Segunda Guerra Mundial e que permanece até os dias de hoje, a Pax Americana. É importante salientar que nenhuma dessas ordens surgiu espontaneamente, mas sim pelo exercício de poder. Para Layne (2018)

Nineteenth-century Britain, and post-1945 America, wielded their military and economic power to forge international orders that served primarily to advance their own economic and geopolitical interests (although others were incidental beneficiaries). The Pax Britannica, of course, was doomed by what the historian Correlli Barnett called 'the collapse of British power' brought on by the economic and financial exertions of the two world wars. The central geopolitical question of our time is whether China's ascent, and the withering of American power, will cause the Pax Americana to suffer a similar fate (LAYNE, 2018, p. 91)<sup>24</sup>.

---

representavam 50% do PIB mundial. O dólar substituiu a libra esterlina como principal moeda de reserva do sistema econômico internacional. Os EUA detinham a maior parcela de reservas cambiais e ouro. No final da Segunda Guerra Mundial, o poder aéreo e naval da América deu-lhe capacidades globais de projeção de poder incontornáveis. E, claro, os EUA tinham o monopólio das armas nucleares.

<sup>24</sup> A Grã-Bretanha do século XIX e os Estados Unidos pós-1945 manejaram seu poder militar e econômico para forjar ordens internacionais que servissem primariamente para promover seus próprios interesses econômicos e geopolíticos (embora outros fossem beneficiados incidentalmente). A Pax Britannica, é claro, estava condenada pelo que o historiador Correlli Barnett chamou de "o colapso do poder britânico" causado pelos esforços econômicos e financeiros das duas Guerras Mundiais. A questão geopolítica central de nosso tempo é se a ascensão da China, e o enfraquecimento do poder americano, fará com que o Pax Americana sofra um destino semelhante (tradução nossa).

As políticas propostas por Trump são uma das ameaças à ordem mundial liberal que os EUA têm apoiado e mantido desde 1945. Seu discurso “*America First*” promove o isolacionismo beligerante, abordando uma ordem internacional baseada no poder e não nas leis, repudiando assim a idéia básica da organização do Ocidente, ou seja, a noção de que as democracias do mundo podem supervisionar um sistema justo e inclusivo baseado em regras para subscrever paz global e segurança. Entretanto, Trump é apenas um sintoma, e não a causa desse declínio da Pax Americana (STEPHENS, 2016 apud LAYNE, 2018)

Fatores externos e internos estão contribuindo para a decadência da Pax Americana. Internamente, a desigualdade de renda, a terceirização de empregos industriais e o crescimento lento da produtividade esvaziaram a classe média. Isso fez com que Trump, com seu discurso nacionalista, atingisse principalmente a classe trabalhadora branca, preocupada com a mudança da identidade nacional americana. O impacto político desse discurso fez com que ele chegasse ao poder, o que pode ser visto como um retrocesso populista contra os efeitos da globalização e das elites que se aproveitam dela. Externamente, a ordem liberal baseada em regras é ameaçada pelo deslocamento dos centros de gravidade econômicos e geopolíticos do Ocidente para a Ásia, com ênfase na ascensão da China, que ameaça o fim das cinco décadas de hegemonia ocidental (LAYNE, 2018).

Para sustentar a ordem mundial que criaram, os Estados Unidos alavancaram sua força militar, financeira e econômica com a criação de instituições econômicas e de segurança internacionais, como forma de assegurar sua hegemonia e seu sistema, papel que elas desempenham até hoje nas relações internacionais. Entre as organizações criadas, merecem destaque a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Além de emprestar recursos para socorrer países e estruturar alianças, as organizações serviram também como mecanismo para conter as ações da Rússia como é o caso da OTAN, criando assim ferramentas de projeção de poder. A ordem internacional do pós-Guerra

também foi reforçada pelo "soft power" dos EUA, isto é, seu apelo ideológico, ideativo e cultural. Embora muitas vezes utilizando-se de uma moral circunstancial, desde 1945 os Estados Unidos projetaram seus valores liberais no exterior, promovendo a democracia e os direitos humanos (LAYNE, 2018).

A distribuição de poder unipolar, entretanto, perdurou por pouco tempo em função da ascensão de novos polos de poder, que deu início a um processo de multipolarização no Sistema Internacional. Para Pautasso (2008),

A formação de novos polos de poder no leito da multipolarização em curso expressam movimentos históricos complexos desde o Pós-Guerra: a descolonização de países da periferia, como a maioria dos países afro-asiáticos; a industrialização e a liderança regionais de países emergentes, como Brasil, Índia, África do Sul e China; a reconstrução, o desenvolvimento e o amadurecimento da União Europeia; a recuperação da Rússia e de seu protagonismo diplomático; a modernização econômica do Japão e dos Tigres Asiáticos; e, sobretudo, a maior complexidade do sistema internacional, fator determinante para o enfraquecimento das estruturas de poder coordenadas pelos EUA (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008 *apud* PAUTASSO, 2013, p. 31)

Nas duas décadas que sucederam o final da Guerra Fria, o mundo experimentou um período caracterizado pelo declínio do volume de guerras e aumento da prosperidade nas relações internacionais. Esse cenário favoreceu e criou oportunidades para o aumento da cooperação e interdependência entre os Estados. Não obstante, nos últimos anos, principalmente após a crise de 2008, surgiram vários e possivelmente fundamentais desafios a essa nova ordem, os conflitos no Oriente Médio; o desafio russo à segurança europeia e o aumento das tensões geopolíticas na Ásia estão entre os principais deles (BARDER, 2016).

O fim do mundo bipolar e a extinção da URSS não representou necessariamente uma vitória dos Estados Unidos, pois este também saiu desgastado das mais de quatro décadas de intensa competição entre os dois principais polos de poder nas relações internacionais no período. Após o final da Guerra Fria criou-se uma desestabilização de poder no cenário internacional, com o surgimento de uma única superpotência hegemônica. Entretanto, esse cenário não se manteve por muito tempo pois,

Ocorreu o ressurgimento da Eurásia com três componentes: a União Européia, a recuperada da Rússia de Putin e a China em acelerado desenvolvimento econômico. [...] a nova geopolítica se deslocava para o Sul em desenvolvimento, gerando uma realidade em que o equilíbrio entre potências marítimas e terrestres começa a ser alterado (VISENTINI, 2017, p. 18).

A ascensão desses novos polos de poder demonstra a modificação da correlação de forças e as alterações na estrutura de poder mundial. Para analisar essa nova distribuição de poder, é necessário analisar um apanhado de informações empíricas que demonstram as transformações em vários âmbitos, com destaque para o setor econômico, político, diplomático e militar. Para Pautasso (2013), um Estado torna-se um polo de poder quando é capaz de projetar poder em âmbito regional ou global, sendo assim capaz de influenciar outros Estados a considerarem seus interesses.

Após a revolução comercial chinesa em 1978, com a abertura comercial, considera-se que está em curso um processo de transição de poder, em que a China poderia vir a ultrapassar a supremacia estadunidense e se colocar como uma potência hegemônica no SI (LAI, 2011). Inicialmente, essa transição vem sendo pacífica, mas questiona-se quais os desafios e empecilhos que irão surgir na medida em que o poderio chinês vai ganhando força nas relações internacionais.

Para Yafei (2017), o ponto histórico da chegada deste cenário de mudança da distribuição de poder mundial é a crise financeira global que começou em Wall Street em 2008 e que pôs fim à unipolaridade no Sistema Internacional. Com o enfraquecimento da economia mundial, a China começou a se envolver mais ativamente nos assuntos internacionais. Em 2016, a China acolheu a cimeira do G20 em Hangzhou; em 2017, o presidente Xi Jinping propôs uma "comunidade de destino comum para toda a humanidade" no Fórum Econômico Mundial de Davos, mostrando que a China está caminhando para se tornar uma grande potência global. O desenvolvimento da China continua a progredir e a China começou a participar plenamente e liderar ativamente a governança global (YAFEI, 2017).

A teoria da estabilidade hegemônica consegue explicar por que a Pax Americana foi criada, por que ela perdura desde 1945 e por que ela enfrenta um

futuro duvidoso. A teoria da estabilidade hegemônica sustenta que uma ordem internacional liberal requer um poder hegemônico para administrar e estabilizar os sistemas políticos e econômicos internacionais. Sendo assim, o Estado econômico hegemônico é responsável por fazer as regras para a ordem econômica internacional; aquecer a economia internacional durante as recessões, atuando como o mercado consumidor quando necessário, fornecendo liquidez para a economia global e agindo como o financiador em última instância. Militarmente, o *hegemon* é responsável por estabilizar aquelas regiões que são vitais para assegurar o comércio e salvaguardar as linhas de comunicação. Durante a maior parte do período desde 1945, os Estados Unidos realizaram, com maior ou menor sucesso, essas tarefas. Não obstante, não está claro se será capaz de continuar a fazê-lo no futuro (LAYNE, 2018).

Principalmente durante a Grande Recessão, em 2008, tornou-se evidente que os Estados Unidos eram incapazes de cumprir sua responsabilidade como gerente da economia internacional. Afinal, supõe-se que uma hegemonia econômica resolva as crises econômicas globais, e não as cause. Foi a crise hipotecária que mergulhou a economia global em uma depressão, e ao invés de emprestar divisas para auxiliar os países, os Estados Unidos tornaram-se o maior devedor do mundo. Boa parte da dívida americana, inclusive, está na mão do governo chinês, ao qual coube a tarefa de alavancar o comércio internacional, juntamente com outros países emergentes e também a Alemanha (LAYNE, 2018).

O reordenamento mundial em curso é caracterizado por um período de transição, com a substituição de um padrão de organização por outro, o que leva a uma crise hegemônica, e é nesse momento que se intensificam as tensões e os conflitos, o que gera uma demanda por ordem no sistema internacional (ARRIGHI, 1996 apud PAUTASSO, 2013).

A hegemonia constitui-se por meio da articulação contraditória de coerção e consenso, a partir de recursos de poder tangíveis e intangíveis. Os recursos tangíveis – tais como desenvolvimento econômico-financeiro, poder militar, peso demográfico, condições geográficas, entre outros – estariam articulados aos recursos intangíveis, como matriz cultural e projeção ideológica (PAUTASSO, 2013, p. 28).

Os EUA ainda são uma superpotência em aspectos militares, econômicos, culturais, entre outros, mantendo sua hegemonia. No entanto, devido a grandes mudanças nos aspectos políticos, econômicos, ideológicos e culturais do equilíbrio de poder mundial, o fim do "século americano" tornou-se realidade e o ajuste da ordem internacional parece inevitável. As novas economias emergentes e os países em desenvolvimento representados pela China apoiam fortemente a globalização, enquanto alguns países ocidentais, incluindo os EUA e Inglaterra, os iniciadores e os líderes da globalização, reverteram suas posições, dando início a movimentos nacionalistas, evidenciado pelo crescimento da extrema direita xenófoba e populista em muitos países e também pelo *Brexit*<sup>25</sup> da União Europeia (VISENTINI, 2017). De acordo com Visentini (2017),

O fim da Guerra Fria dissolveu os elementos aglutinadores que eram a base da hegemonia americana e dos mecanismos de controle sobre seus aliados, que hoje buscam seus próprios caminhos, no quadro de uma competição renovada e de ação de tendências centrífugas. [...] surge espaço para a afirmação de novos protagonistas na política mundial. Mas eles ainda não têm condições de substituir os EUA, que sem adversários a altura, seguem dando as cartas. Isso se deve mais à imaturidade dos demais do que à força da América (VISENTINI, p. 16, 2017).

Para Mearsheimer (2001), há dois cenários possíveis para a relação futura entre Estados Unidos e China. O ideal seria aquele em que a China adotasse a democracia e atuasse juntamente com os Estados Unidos promovendo a paz mundial. O outro cenário, mais provável, seria aquele em que o aumento do poder chinês, traduzido em aumento de poder bélico e político viesse a dominar boa parte da Ásia. Em contrapartida, Estados Unidos e outros Estados, como o Japão, preocupados com o aumento do poderio chinês, iriam buscar conter o crescimento da China criando uma balança de poder, resultando assim em uma intensa competição de segurança. Embora não seja o cenário

---

<sup>25</sup> Saída da Grã-Bretanha da União Europeia.

mais ideal, quanto mais a China cresce, mais chances de se tornar um rival dos EUA.

Conforme assinala Kissinger (2015) o avanço da tecnologia alterou substancialmente a estrutura das relações internacionais, pois inicialmente o poder dos Estados era limitado e o alcance das guerras era menor. Com o advento da revolução industrial, a tecnologia de armamentos evoluiu de forma muito rápida e chegou ao seu auge com o desenvolvimento das armas nucleares na segunda Guerra Mundial (1945). Essas mudanças, fizeram surgir no mundo moderno uma demanda por uma ordem global, entretanto, esta ordem exige conexões com percepções de sociedades distintas, lidando com o desafio de moldar diferentes aspectos sociais, históricos e culturais em uma ordem só (KISSINGER, 2015).

Além dessa dificuldade em encontrar uma ordem global, há também dois tipos de desafios ao equilíbrio de poder mundial,

O primeiro se dá quando uma grande potência se fortalece a ponto de ameaçar se tornar hegemônica. A segunda ocorre quando um Estado até então secundário tenta se tornar parte do círculo das grandes potências, gerando uma série de ajustes compensatórios pelas outras potências que dão origem a um novo equilíbrio ou a uma conflagração geral (KISSINGER, 2015, p.31)

Pela distribuição de poder atual, percebe-se que estão em curso os ajustes que irão configurar essa nova balança de poder, com a China acumulando poder e alterando a distribuição de poder mundial. Para Lai (2011), a distância de poder entre a China e os Estados Unidos permanecerá pelas próximas décadas, entretanto, essa distância tende a ficar cada vez menor, e quanto menor for essa distância mais propenso será o conflito entre as duas potências, visto que a China possui visões e uma forma de governo distinta da difundida pelos ideais Ocidentais.

A tendência ao conflito pode ser entendida pelo fato de que as superpotências dificilmente mantêm a ordem mundial de seu antecessor. Porém, uma vez que a ordem internacional liberal foi estabelecida por uma potência hegemônica, se a hegemonia declinar, é possível que um pequeno grupo de grandes potências tome o lugar do antigo *hegemon* e gerenciem coletivamente o sistema internacional. Isto poderia ser descrito como uma "estabilidade

hegemônica". Ou seja, mesmo que a Pax Americana chegue ao fim, a ordem liberal baseada em regras poderia sobreviver (KEOHANE, 1984 apud LAYNE, 2018).

A partir desta perspectiva, presume-se que a China não teria interesse em derrubar ou modificar significativamente a ordem internacional construída pelos EUA, já que se trata de um ambiente em que ela se favoreceu. No entanto, a China não se levantou para preservar essa ordem dominada pelos americanos. Por cerca de três décadas após sua abertura econômica, a China adotou um perfil limitado na política internacional e evitou o confronto tanto com os Estados Unidos quanto com seus vizinhos regionais. A autodescrita ascensão pacífica da China seguiu a lógica proposta por Deng Xiaoping de esconder suas capacidades e aguardar seu tempo. No entanto, isso não significava que sua intenção de longo prazo seja preservar a ordem internacional pós-1945. Ao ingressar na ordem econômica liberal, o objetivo de Pequim não era simplesmente ficar rico mas sim evitar o conflito com os Estados Unidos até adquirir riqueza e as capacidades militares necessárias para competir com os EUA pela hegemonia regional Asiática. A julgar pelos pronunciamentos políticos e sua maior assertividade, o período chinês de ganhar tempo e esconder suas capacidades acabaram (LAYNE, 2018).

Isso não significa que a transição de poder e a alteração da ordem mundial irá ocorrer de forma abrupta, pois é improvável que durante o período de liderança internacional contestada haja um abandono total das instituições internacionais pós-1945. Por exemplo, como um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, a China é reconhecidamente um Estado poderoso. Da mesma forma, não devemos esperar uma revisão dramática do sistema econômico internacional. Como o maior exportador do mundo, a China se beneficia enormemente da abertura econômica e provavelmente vai difundir regras que protejam suas políticas econômicas e também garantam que suas indústrias estatais não sejam prejudicadas. No que concerne as outras instituições, como FMI e Banco Mundial, se estes não forem substituídos por outras organizações criadas pela China, provavelmente serão pressionadas a dar uma voz maior a China. Por se tratar de uma nação do mundo

em desenvolvimento que tem sido vítima das políticas imperialistas e colonialistas das potências do Ocidente, a China desempenhará a função de construir uma nova ordem internacional que reflita os valores do mundo em desenvolvimento e não somente dos Estados Unidos e das potências européias (LAYNE, 2018).

Essa transição de poder em curso pode ser entendida como um significativo aumento de poder em um grande Estado (em termos demográficos e territoriais) como resultado de um rápido e genuíno desenvolvimento econômico, causando impacto no sistema internacional, principalmente na potência hegemônica (LAI, 2011).

### **3.1 A China sob Ótica do Poder Real e Latente**

A retórica da política externa Chinesa é muito baseada nos princípios de cooperação e paz mundial. Entretanto, nem sempre a retórica política condiz com a dimensão material das ações dos Estados. Devido a isso, faz-se necessário uma análise da dimensão material da ascensão chinesa, para verificar se seu discurso político condiz com a realidade.

A China está buscando desenvolver suas capacidades militares, o que se traduz nos três passos propostos pela sua política de defesa nacional para modernizar e desenvolver suas forças armadas. São elas: a promoção da informatização da defesa nacional e das forças armadas; o planejamento do desenvolvimento econômico em conjunto com a construção da defesa nacional; e o aprofundamento da reforma da defesa nacional e das forças armadas (MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE, 2018).

Ainda de acordo com o Ministério Nacional de Defesa (2018), o governo chinês trabalha para uma estreita coordenação entre a luta militar e os esforços políticos, diplomáticos, econômicos, culturais e legais, esforçando-se para promover um ambiente de segurança favorável, prevenindo guerras e dissuadindo conflitos. Essa política nacional reforça a posição pacífica e de autodefesa, mas reconhece os desafios que a China pode encontrar, e, portanto, deve estar a altura para responder a qualquer ameaça à sua segurança nacional.

Através destes documentos, percebe-se claramente que a China aprecia um sistema internacional pacífico, onde ela possa desenvolver sua economia e seus interesses sem que ocorram conflitos que a desgastem o que por ventura atrapalhem seu comércio internacional. Entretanto, percebe-se também que os primeiros empecilhos a essa falta de assertividade nos assuntos internacionais começa a dar sinais controversos. Conforme assinala Visentini:

Os problemas gerados pelo desenvolvimento produzem necessidades de maior inserção internacional. Não é necessário se tornar uma suíça para aspirar um lugar ao sol; é a luta por um lugar ao sol que permite a uma nação se tornar uma suíça. São as contradições que movem a realidade (VISENTINI, 2017, p. 79).

Ou seja, por mais que a China não busque um maior protagonismo internacional, ela vai encontrar muitos dilemas pela frente, que irão exigir uma maior participação nos assuntos internacionais, como forma de assegurar seus interesses, tanto econômicos como políticos, sociais, entre outros, no cenário internacional.

Os dados nos mostram que a China vem investindo para melhorar suas capacidades militares, além de possuir o maior contingente militar do mundo, o país agora busca modernizar e informatizar sua defesa nacional, o que condiz com o aumento anual no orçamento para defesa. Embora os números divulgados pelo governo já demonstrem um aumento nos investimentos militares em torno de 6%, de acordo com análise do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), o orçamento nacional cobre apenas uma parte do gasto militar do país, uma vez que há pouca transparência no orçamento que é dividido em apenas três categorias principais: pessoal, treinamento e manutenção, e equipamento, geralmente em proporções aproximadamente iguais (FREEMAN, 2014). Além disso,

SIPRI estimates that total Chinese military spending is about 55 per cent higher than the total central and local defence budget. For example, SIPRI's estimate for China's military spending in 2012 was

1049 billion yuan (\$166 billion), compared to the official defence budget of 669 billion yuan. This estimate carries a considerable margin of error, especially in relation to the additional military R&D spending (FREEMAN, 2014, texto digital)<sup>26</sup>.

Esse aumento nos gastos e falta de transparência nos investimentos militares por parte do governo chinês tem sido um dos principais fatores que estão influenciando a segurança regional, pois fez com que alguns Estados ao seu redor passassem a adotar estratégias para contrabalançar poder em busca de um maior equilíbrio como resposta, intensificando o dilema de segurança (WEZEMAN, 2017).

Além disso, a configuração política no leste e sudeste da Ásia apresenta um cenário de crescente tensão. As ações da China no Mar do Sul da China, no Mar da China Oriental, em Taiwan e Hong Kong mantêm a região no limite. O desenvolvimento militar chinês alterou radicalmente o equilíbrio entre a China e seus vizinhos gerando desconfiança sobre suas intenções regionais (BARDER, 2016).

Essas tensões fizeram com que as despesas com gastos militares no entorno chinês aumentassem significativamente nos últimos anos. As despesas militares na Ásia e na Oceania aumentaram pelo 29º ano consecutivo. A China aumentou seus gastos militares em 5,6% para US\$ 228 bilhões em 2017. Os gastos da China como parcela das despesas militares mundiais aumentaram de 5,8% em 2008 para 13% em 2017. A Índia gastou US\$ 63,9 bilhões em suas forças armadas em 2017, um aumento de 5,5% em comparação com 2016, enquanto os gastos da Coreia do Sul, de US\$ 39,2 bilhões, aumentaram 1,7% entre 2016 e 2017 (WEZEMAN, 2017). Conforme assinala Freeman (2014),

The increase will see China continue pulling away from other countries—including France, Russia and the United Kingdom—in terms of military spending, and gradually reducing the still very large gap with the United States. While China’s military technology is still well behind the most advanced Western systems in most areas, its rate of military

---

<sup>26</sup> O SIPRI estima que o total de gastos militares chineses é cerca de 55% mais alto do que o orçamento central e local total de defesa. Por exemplo, a estimativa do SIPRI para os gastos militares da China em 2012 foi de 1049 bilhões de yuans (US\$ 166 bilhões), em comparação com o orçamento oficial de defesa de 669 bilhões de yuans. Esta estimativa tem uma margem considerável de erro, especialmente em relação aos gastos adicionais em pesquisa e desenvolvimento militar (tradução nossa).

technological development in recent years has been impressive, sometimes surprising analysts. The continued increase in spending by China is likely to mean that this rapid development will also continue. According to official statements in recent years, two of the major purposes of China's large spending increases are improving the pay and living conditions of troops and the modernization and 'informationization' of the armed forces. (FREEMAN, 2014, texto digital)<sup>27</sup>.

Portanto, parece que há um desequilíbrio entre o desafio regional da China e o desafio global da China. Na região da Ásia Oriental, as políticas e ambições da China estão cada vez mais em conflito com os interesses dos EUA e ameaçam o equilíbrio da região. No cenário global, as ações e o papel da China são menos potencialmente prejudiciais, até mesmo estabilizadores. O grande dilema é saber que tipo de ações os Estados Unidos irão adotar para alcançar um equilíbrio entre a aceitação de um papel global maior para uma China construtiva, enquanto busca conter seu avanço coercitivo na região da Ásia. Embora as ações individuais sejam extremamente importantes, é menos útil prever novos passos específicos que dependerão de situações particulares e mais úteis para pensar sobre o quadro geral, a estrutura na qual essas etapas ocorrerão (BARDER, 2016).

De acordo com o Relatório Anual do Departamento de Defesa Americano sobre o desenvolvimento militar da China, o governo chinês tem utilizado o Exército da Libertação do Povo (PLA<sup>28</sup>) como forma de cooperar com outros países e melhorar sua presença e influência no exterior, reforçando sua imagem e amenizando as preocupações de outros países sobre sua ascensão. Para eles, o PLA se envolve com forças armadas estrangeiras para demonstrar suas capacidades crescentes, melhorar suas táticas, técnicas e procedimentos, bem como comunicar suas posições ao público estrangeiro e fortalecer a cooperação

---

<sup>27</sup> O aumento fará com que a China continue se distanciando de outros países - incluindo França, Rússia e Reino Unido - em termos de gastos militares, e gradualmente reduzindo a lacuna ainda muito grande em relação aos Estados Unidos. Embora a tecnologia militar da China ainda esteja bem atrás dos sistemas ocidentais mais avançados na maioria das áreas, sua taxa de desenvolvimento tecnológico militar nos últimos anos tem sido impressionante, surpreendendo os analistas. O aumento contínuo dos gastos pela China provavelmente significará que esse rápido desenvolvimento também continuará. De acordo com declarações oficiais nos últimos anos, dois dos principais propósitos dos grandes aumentos de gastos da China são melhorar as condições salariais e de vida das tropas e a modernização e "informatização" das forças armadas (tradução nossa).

<sup>28</sup> Em inglês People's Liberation Army's (PLA)

de segurança. Exercícios bilaterais e multilaterais proporcionam um benefício político à China e oportunidades para melhorar as capacidades em áreas como o contraterrorismo, operações de mobilidade e logística (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2017).

Entre as ações militares internacionais em que a China tem se engajado, vale destacar o pacto militar com o objetivo de acabar com o terrorismo, chamado de Mecanismo de Cooperação e Coordenação Quadrilateral entre o Afeganistão, a China, o Paquistão e o Tajiquistão, com a justificativa de que o terrorismo representa uma ameaça à iniciativa China *One Belt, One Road*, exercícios navais com a Rússia, Camboja e a Índia, exercícios contra o terrorismo com a Arábia Saudita (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2017).

A Nova Rota da Seda que a China anunciou em 2013 está dividindo os Estados entre aqueles que esperam se beneficiar dos investimentos em infraestrutura como portos, telecomunicações, vias entre outros e aqueles Estados que estão preocupados com os motivos estratégicos chineses, bem como os riscos financeiros e de segurança. Em função dessas preocupações, a China passou a mudar sua narrativa, buscando elevar as esperanças e diminuir as preocupações, inclusive alterando o nome do projeto de “Um cinturão, Uma Estrada” (One Belt, One Road, OBOR na sigla em inglês) para Iniciativa do Cinturão e Estrada (Belt and Road Initiative, BRI na sigla em inglês), como forma de significar um conjunto de redes e não apenas uma rede como proposto no primeiro (STANZEL, 2017).

Como exemplificado acima, o governo Chinês alterou, ao menos na sua narrativa, a ideia do projeto para um poder mais brando, ou *soft power*. Sua principal estratégia é usar a propaganda para difundir avanços e melhorias que o projeto irá trazer para as regiões contempladas, criando uma visão positiva do ambicioso projeto. Por detrás disso, identifica-se que o BRI é também uma estratégia geoeconômica e geopolítica para reforçar as ambições e a liderança regional e incluso global da China, não se tratando apenas de um *soft power* como o governo quer que aparente (STANZEL, 2017).

Mesmo que a China não seja um país democrático, ela está conseguindo quebrar o monopólio americano de soft power. Pequim tornou-se cada vez mais adepta de desenvolver sua própria marca de soft power baseado em sua cultura, sua diplomacia e a atratividade de seu próprio sistema (Layne, 2018).

Conjuntamente com o BRI, a china está conseguindo desenvolver outras capacidades, como é o caso da criação do Banco Asiático de Investimentos e Infraestrutura (AIIB na sua sigla em inglês), que nada mais é do que uma instituição com a estrutura e os princípios semelhantes aos das instituições financeiras Ocidentais, uma forma de substituir essas organizações internacionais. Com a próxima cúpula marcada para 2019, o desafio da China agora é convencer os europeus com ações concretas, clareza e resolver o desconforto acerca das questões ambientais (STANZEL, 2017).

É oportuno destacar também, conforme tabela 1 abaixo, os exercícios militares bilaterais e multilaterais que a China tem desenvolvido, principalmente com países asiáticos. Esses exercícios são formas de a China se envolver em ações como contraterrorismo, ao mesmo tempo em que adquire experiência militar e desenvolve suas capacidades. Merece destaque os exercícios marítimos, que são de suma importância para a China assegurar seus interesses em regiões como o mar do Sul, geopoliticamente importantes para seu desenvolvimento tanto econômico como político e militar.

Tabela 1 - Exercícios militares bilaterais e multilaterais envolvendo a China em 2016

<b>Exercícios Militares Bilaterais e Multilaterais selecionados em 2016</b>		
<b>Nome</b>	<b>Tipo</b>	<b>Participantes</b>
SINO – INDIA Cooperação-2016	Assistência Humanitária e Ajuda a Desastres	Índia
Sem nome	Operações de resgate	Camboja
FORÇA-18	Manutenção da Paz	ASEAN PLUS (18 países participaram)
SHAHEEN V	Aérea	Paquistão
KOMODO-2016	Diplomacia Naval	Hospedado pela Indonésia (16 países participaram)
Sem nome	Marítima	África do Sul
KHAN QUEST-2016	Manutenção da Paz	Hospedado pela Mongólia (47 países participaram)
BLUE STRIKE-2016	Marítima	Tailândia
RIMPAC	Exercícios navais multilaterais	Hospedado pelos Estados Unidos (26 países participaram)
Sem nome	Marítima	Singapura
MISSÃO DE PAZ-2016	Contraterrorismo	Organização da Cooperação de Xangai (OCX) (5 países participaram)
JOINT SEA-2016	Marítima	Rússia
SINO – INDIA Cooperação-2016A	Assistência Humanitária e Ajuda a Desastres	Índia
AJUDA COMBINADA- 2016	Assistência Humanitária e Ajuda a Desastres	Alemanha
Sem nome	Contraterrorismo	Tajiquistão
EXPLORAÇÃO-2016	Contraterrorismo	Arábia Saudita
MÃO-EM-MÃO	Contraterrorismo	Índia

Fonte: (Department of Defense, 2018, tradução nossa)

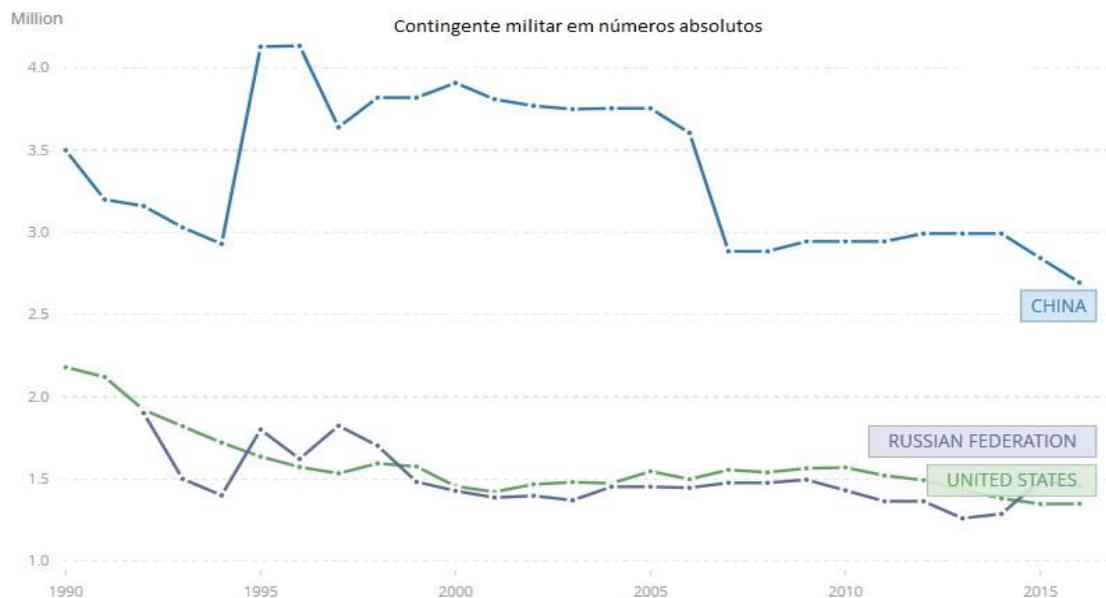
De 2011 a 2015, a China foi o quarto maior fornecedor mundial de armas, com mais de US\$ 20 bilhões em vendas. Destes, US\$ 9 bilhões foram para os países da Ásia-Pacífico, principalmente o Paquistão. A África Subsaariana era o segundo maior mercado regional de armas da China. A capacidade da China de permanecer entre os cinco maiores fornecedores globais de armas do mundo depende, em grande parte, das contínuas fortes vendas para o Paquistão. As vendas de armas da China são realizadas por meio de organizações de exportação estatais que buscam principalmente gerar lucros e compensar os custos de pesquisa e desenvolvimento relacionados à defesa. As transferências

de armas também são um componente da política externa da China, usada em conjunto com outros tipos de ajuda militar, econômica e de desenvolvimento para apoiar metas mais amplas de política externa. Estes incluem assegurar o acesso aos recursos naturais e mercados de exportação, promovendo a influência política entre as elites do país importador e construindo apoio em fóruns internacionais (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2017).

Do ponto de vista dos consumidores de armas chinesas, a maioria dos quais são países em desenvolvimento, as armas chinesas são mais baratas do que as oferecidas pelos principais fornecedores internacionais de armas. Elas também possuem menor qualidade e confiabilidade, mas ainda possuem recursos avançados. Além disso, as armas chinesas vêm com menos restrições políticas, o que é atraente para os clientes que podem não ter acesso a armas dos países ocidentais por motivos políticos (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2017).

No que concerne ao poder latente descrito por Measheimer, a China possui o maior contingente militar do mundo, além da maior população e a segunda maior economia do globo. Somado ao poder real que vem aumentando com seus investimentos bélicos, há grandes chances de que a China continue acumulando mais poder e venha a se tornar uma potência hegemônica.

Gráfico 3 - Contingente militar em números absolutos de 1990 a 2015:



Fonte: (Banco Mundial, 2018)

Em 2016, a China concentrou seu principal esforço na construção de infraestrutura em seus postos avançados nas Ilhas Spratly. O seu objetivo com isso não era reivindicar territórios legalmente, mas sim criar bases civis-militares para aumentar sua presença no Mar da China Meridional e melhorar a capacidade da China para controlar os recursos e o espaço marítimo nas proximidades. A China continua a exercer coerção de baixa intensidade para avançar suas reivindicações nos mares do leste e do sul da China, usando uma progressão oportunisticamente cronometrada de etapas incrementais, mas intensificadoras, para tentar aumentar o controle efetivo sobre as áreas disputadas e evitar a escalada para o conflito militar, adotando ainda um discurso reativo. Além disso, a China também usa incentivos econômicos e políticas comerciais punitivas para impedir a oposição às ações do país na região (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2018).

A China tem focado o seu esforço de expansão nas Ilhas Spratly nos seus três maiores postos avançados - Fiery Cross, Subi e Mischief Reefs - após a concluir seus quatro postos menores no início de 2016. Agora o foco é a construção de 24 hangares, posições de armas fixas, quartéis, prédios

administrativos e instalações de comunicação em cada um dos três postos avançados. Quando todas essas instalações estiverem completas, a China terá a capacidade de abrigar até três regimentos de combatentes nas Ilhas Spratly. Desde o início de 2016, a China instalou armas navais fixas e terrestres em cada posto avançado e melhorou a infraestrutura de comunicações (MINISTRY NATIONAL DEFENSE, 2018).

Tangente à sua economia, a China tornou-se o maior parceiro comercial e um dos principais investidores de todos os países da Ásia Central, Leste e Sudeste, é também um dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos e se tornou um importante investidor global. Somado a isso, seus investimentos e empréstimos forneceram substancial ajuda a países da Ásia, África e América Latina, que viram na China uma alternativa de cooperação e captação de recursos (BARDER, 2016).

A economia tem sido a principal forma de o país oriental se desenvolver e se fortalecer no cenário internacional. O controle cambial, a adoção de políticas de atração de investimentos externos com regulação, a fomentação de joint ventures, com participação dos empresários chineses, a administração do comércio exterior, importando mais de países desenvolvidos e exportando para desenvolvidos, o fortalecimento das suas reservas internacionais e a fomentação do crédito a nível doméstico fez com que a China se fortalecesse no mercado internacional, superando crises e as instabilidades do comércio mundial (PAUTASSO, 2013). Somado a isso,

A capacidade econômica chinesa tem permitido ao país tornar-se credor dos EUA e, ao mesmo tempo, apresentar-se aos países periféricos como uma alternativa de crédito, investimento e comércio em face do domínio do Ocidente e do sistema Bretton Woods (FMI e BIRD). Paralelamente, o fortalecimento da economia chinesa aprofunda seu poder de atração de excedente de capitais e de fluxos comerciais, ocasionando uma nova divisão internacional do trabalho e do poder na Ásia. A tendência é que a formação de uma economia continental na China, com renda média-alta, amplie sobremaneira sua capacidade econômica e, com efeito, seu poder polarizador na Ásia, dando forma a um sistema sinocêntrico (PAUTASSO, 2013, p. 37).

Desde o início da Grande Recessão em 2008, a China assumiu sucessivamente a posição de topo no mundo em exportações, no comércio, e na manufatura (LAYNE, 2018). Dessa forma, sua economia se projeta como uma forma de poder, e uma das maiores evidências da ascensão chinesa no sistema internacional. Em um período de trinta anos, a China passou de uma economia isolada a um dos mercados mais fortes do mundo, se transformando em uma potência econômica global.

Ademais, a marinha chinesa está se expandindo em capacidade e alcance geográfico, seu *ciber-hacking* e sua espionagem cibernética estão em uma escala que alarma governos, militares e corporações. A parceria estratégica que está desenvolvendo com a Rússia vai muito além do relacionamento transacional que os dois poderes desfrutavam antes. Somado a isso, a China é governada por um Partido Comunista resistente à liberalização política internamente e unido à retórica e comportamento nacionalista em lidar com sua vizinhança, aumentando ainda mais as chances de rivalidade com os Estados Unidos (BARDER, 2016).

Para aqueles que defendem a supremacia americana, o argumento é de que além da preponderância militar, os EUA também está muito a frente no que diz respeito às tecnologias avançadas e pesquisas. Esta afirmação, entretanto, pode ser contestada, pois recentemente a China começou a operar o maior radiotelescópio do mundo, com o objetivo de projetar as ambições da China no universo e buscar por Prêmios Nobel. Em 2016, a China lançou o o primeiro satélite quântico do mundo, que poderia revolucionar o método de transmissão de informações. Em outro exemplo de como a China está alcançando os Estados Unidos em inovação e tecnologia, em junho de 2016 um computador chinês, utilizando microprocessadores chineses, liderou o ranking dos supercomputadores mais rápidos do mundo. Em julho de 2017, o Conselho de Estado da China anunciou um plano ambicioso para avançar na frente em inteligência artificial (IA), incluindo aplicações militares e civis. Em algumas áreas de IA a China está inclusive à frente dos EUA fato. Além disso, a China está desenvolvendo e investindo em tecnologias verdes, como painéis solares, energia eólica e e carros elétricos (LAYNE 2018)

Como resposta, os EUA estão tentando, de modo falho, modificar as regras econômicas internacionais para excluir deliberadamente a China e outros países em desenvolvimento. Partindo a parceria Trans-Pacífico, retirou-se do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas e começou a renegociar o Acordo de Livre Comércio da América do Norte e acordos comerciais bilaterais com importantes parceiros comerciais, como a Coreia do Sul, criando um contexto de tensão nas relações internacionais (YAFEI, 2017).

A estratégia adotada pelos EUA na região asiática tem sido tranquilizar as nações do leste e sudeste da Ásia de que os Estados Unidos usaria seu poder militar para compensar a crescente influência econômica da China na região, como uma forma de balançar poder na região. Alguns Estados regionais aceitam essa presença estadunidense, mas não querem ser forçados a escolher entre o alinhamento com a China ou com os Estados Unidos. Apesar disso, as tendências econômicas sugerem que elas serão inexoravelmente atraídas para a órbita geopolítica de Pequim pela poderosa influência magnética da economia chinesa. A diminuição da influência econômica regional dos EUA e o salto correspondente ao da China foram gigantescos (LAYNE, 2018). Essa preponderância chinesa pode ser percebida pela maior participação econômica regional, pois,

In 1993 China accounted for only 2 per cent of ASEAN's trade in goods, and the United States accounted for 18 per cent. By 2013, however, the American share of ASEAN trade in goods had shrunk to 8.2 per cent while China's had skyrocketed to 14 per cent. Growing economic dependence on China is reflected in geopolitical alignments. Since 2016, Malaysia, Cambodia, Myanmar and the Philippines have all tilted away from the United States and towards China. Even Australia, long a staunch US ally, is debating the merits of taking a more equidistant political stance between Washington and Beijing because of its economic dependence on China. In the coming years these trends are likely to continue, and China will be able to leverage its economic power to enhance its geopolitical position in east and south-east Asia—and diminish that of the United States (LAYNE, 2018, p. 99)<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Em 1993, a China respondia por apenas 2% do comércio de mercadorias da ASEAN, e os Estados Unidos respondiam por 18%. Em 2013, no entanto, a participação norte-americana no comércio de mercadorias da ASEAN encolheu para 8,2%, enquanto a da China disparou para 14%. A crescente dependência econômica da China reflete-se em alinhamentos geopolíticos. Desde 2016, Malásia, Camboja, Mianmar e as Filipinas se afastaram dos Estados Unidos e se aproximaram da China. Até mesmo a Austrália, há muito tempo aliada dos EUA, está debatendo

A diminuição da influência dos EUA ficou mais evidente pela incapacidade de Washington de impedir a criação do AIIB. Não faltaram esforços dos EUA para acabar com os planos chineses, contudo suas tentativas de persuadir aliados importantes a evitar o projeto fracassaram, principalmente após a entrada da Grã-Bretanha em 2015, o aliado mais próximo dos EUA resolveram fazer parte do AIIB, sendo a porta de entrada para aqueles Estados que estavam indecisos em aderir a nova instituição. Os que se juntaram ao AIIB incluíram aliados tradicionais dos EUA, como Austrália, França, Alemanha, Itália e Coreia do Sul (LAYNE, 2018).

O AIIB, além de expressar um desejo chinês de gerir a economia mundial, também pretendia sinalizar que a China estava seriamente exigindo um aumento do seu poder de voto no FMI e no Banco Mundial proporcionalmente à sua influência econômica e financeira atual. O AIIB é – e se destina a ser – um desafio à primazia de ambas as instituições legadas de Bretton Woods, ao mesmo tempo, seu impacto vai além dos assuntos econômicos internacionais, porque sinaliza que o equilíbrio sino-americano do poder agora está se inclinando em direção a Pequim (LAYNE, 2018). De acordo com Layne (2018),

China and the United States face different grand strategic challenges. As self-styled global hegemon, America must be able project decisive military power to the three regions it considers vital to both its security and its prosperity: Europe, the Middle East and east Asia. In contrast, China's strategic goals, at least for now, are more limited. China aims at dominating its own geographic backyard: that is, it seeks regional hegemony in east and south-east Asia, which have become the focal points of Sino-American geopolitical competition. Even if China is not at present able to mount a global challenge to the US, there is evidence that it is beginning to draw level with the United States in regional military power in east Asia (LAYNE, 2018, p. 94-95)<sup>30</sup>.

---

os méritos de assumir uma postura política mais equidistante entre Washington e Pequim por causa de sua dependência econômica da China. Nos próximos anos, é provável que essas tendências continuem, e a China poderá alavancar seu poder econômico para melhorar sua posição geopolítica no leste e sudeste da Ásia - e diminuir a dos Estados Unidos (tradução nossa).

<sup>30</sup> A China e os Estados Unidos enfrentam diferentes grandes desafios estratégicos. Como hegemon global egoísta, os Estados Unidos devem poder projetar poder militar decisivo para as três regiões que considera vitais tanto para sua segurança quanto para sua prosperidade.

À medida que seu poder continua aumentando, a China procurará reformular a ordem mundial de uma maneira que não apenas avance seus interesses, mas também reconheça tanto seu poder ampliado quanto suas reivindicações de status e prestígio como papel de hegemom. O que se constata no momento é que a China está buscando rever a ordem internacional pós-1945 sem criar conflitos e, ao mesmo tempo, lançar as bases para uma ordem internacional alternativa que eventualmente poderia colocar fim a Pax Americana. Em vez de tentar enfraquecer ou confrontar diretamente os Estados Unidos, os líderes chineses estão buscando uma estratégia sutil, multifacetada e de longo prazo que visa obter o maior número possível de benefícios do sistema internacional existente, acumulando os recursos econômicos, a força militar e recursos de soft power para assegurar sua hegemonia regional (LAYNE, 2018).

A ordem internacional não pode ser entendida sem o fundamento político sobre a qual se baseia. Por mais que a Pax Americana seja uma ordem liberal baseada em regras, não se deve esquecer que ela privilegia e serve aos interesses americanos. Por mais que o discurso político privilegie a ordem, paz e democracia vale lembrar que as regras e instituições não existem no vácuo, isolados da distribuição de poder mundial, tampouco são neutras. Pelo contrário, elas refletem a distribuição de poder no sistema internacional, ou seja, na política internacional, quem governa faz as regras. Quando o equilíbrio de poder oscila, o aumento de poder faz com que os Estados se vejam cada vez mais insatisfeitos com a ordem atual, e procuram revisá-la. O Estado ascendente busca alterar as regras escritas pela outrora dominante, o claramente não agrada o hegemom que a criou, que pode tentar buscar proteger essa ordem e sua posição privilegiada – o que pode acarretar em um conflito - ou pode aceder às exigências de revisão do seu desafiante, o que acarretará em a um acordo com a realidade de seu declínio e o fim de sua posição hegemônica (CARR, 1939 apud LAYNE, 2018).

O grande questionamento é saber se os EUA tentará preservar um status quo que está se tornando cada vez mais fora de sincronia com a distribuição de poder mundial, ou se ele pode irá ceder às crescentes demandas

revisonistas da China em relação a maior participação em organizações internacionais e o protagonismo na Ásia. A menos que os Estados Unidos se ajustem a esse cenário, as chances de uma guerra sino-americana são altas - como sempre ocorre em transições de poder (LAYNE, 2018).

Thus, for the next several decades (at least) it will be neither China's world nor America's: international leadership will be contested. During this period, China can be expected to act pretty much as one would expect any Great Power to act while making the shift from rising to risen: it will use its newfound power to seek a much greater voice in managing—and shaping—the international order, and its underlying norms. For example, China will want others to acknowledge its 'core interests', including respect for its territorial integrity and its sovereignty. Beijing has expanded the geographic scope of its core interests beyond Tibet and Taiwan to include the South and East China Seas and Xinjiang. And, reflecting its insistence that states should refrain from intervening in others' internal affairs, preservation of its political, economic and social systems also has been defined as a core interest (LAYNE, 2018, p.108)<sup>31</sup>.

Portanto, a China não está à beira de governar o mundo, ou se tornar um Estado hegemônico global comparável aos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, a forma com que os Estados Unidos lidam com a China será um desafio crucial, se não crítico, para a supremacia estadunidense e a ordem mundial no século XXI. Estima-se que a China será a maior economia do mundo dentro de uma ou duas décadas; o segundo ou terceiro Estado mais forte militarmente em breve, e competirá com os Estados Unidos e a Europa na influência econômica global, e talvez política e cultural, em algumas regiões (BARDER, 2016).

---

<sup>31</sup> Assim, pelas próximas décadas (pelo menos) não será nem o mundo da China nem o da América: a liderança internacional será contestada. Durante esse período, espera-se que a China aja praticamente como se esperasse que qualquer Grande Potência agisse ao fazer a mudança de ascendente para ascendido: ela usará seu poder recém-descoberto para buscar uma voz muito maior no gerenciamento - e na modelagem - da ordem internacional e de suas normas subjacentes. Por exemplo, a China desejará que outros reconheçam seus "interesses centrais", incluindo o respeito por sua integridade territorial e sua soberania. Pequim ampliou o escopo geográfico de seus principais interesses para além do Tibete e de Taiwan, incluindo os Mares da China Meridional e Oriental e Xinjiang. E, refletindo sua insistência de que os estados deveriam abster-se de intervir nos assuntos internos de outros, a preservação de seus sistemas políticos, econômicos e sociais também foi definida como um interesse central (tradução nossa).

Por tanto, conclui-se que as relações internacionais contemporâneas serão marcadas pelo dilema entre a ascensão econômica, política e militar chinesa e as tentativas de manter e reforçar a hegemonia por parte dos Estados Unidos. A distribuição de poder já está sendo alterada aos poucos no SI, e a multipolarização tende a se intensificar com a ascensão de novos polos de poder, capazes de contestar a ordem mundial americana.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, buscou-se analisar a política externa chinesa, sua projeção internacional e a aproximação com a Rússia, sob a ótica da teoria neorrealista das Relações Internacionais. O objetivo principal foi entender de que forma a ascensão chinesa está afetando a balança de poder e a ordem mundial. A principal hipótese era de que a parceria estratégica entre a China e a Rússia, poderia vir a configurar uma nova balança de poder nas relações internacionais.

No primeiro capítulo, procurou-se entender como se deu a ampliação do protagonismo chinês nas relações internacionais, tendo como base os princípios teóricos neorrealistas, que explicam as relações de poder e a estrutura do Sistema Internacional. Constatou-se que existe uma aproximação estratégica entre China e Rússia, devido à vários fatores, principalmente pelo interesse em conter o avanço dos EUA na região euroasiática, bem como transferência de tecnologias militares e cooperação geopolítica, o que é entendido como uma forma de contrabalançar poder. Entretanto, uma aliança formal não é vista como provável nem muito desejável, uma vez que despertaria uma maior desconfiança por parte do ocidente e, por conseguinte, uma desestabilização da ordem mundial, capaz de gerar conflitos.

O segundo capítulo, teve como objetivo analisar brevemente a história chinesa, como destaque para a abertura comercial que propiciou a transformação do papel da China nas relações internacionais. Analisando sua política externa e seu discurso comparado com suas ações, conclui-se que Pequim busca uma via pacífica para continuar a desenvolver suas capacidades comerciais, políticas e bélicas, enfocando-se em projetar soft power e promover a cooperação e o multilateralismo como forma de assegurar um ambiente amigável para que possa continuar projetando poder e assegurar seus interesses, principalmente a nível regional e em relação aos seus parceiros.

No transcorrer do terceiro capítulo, buscou-se analisar a distribuição de poder nas relações internacionais no século XXI, com destaque para o declínio da ordem mundial liberal baseada em regras promovida pelos EUA. Neste capítulo também pôde-se analisar mais a fundo quais são as aspirações chinesas na política internacional, principalmente visto que, como foi abordado no capítulo anterior, seu discurso pacífico se consagra como uma retórica utilizada como mecanismo para dissipar a desconfiança e o medo dos outros Estados acerca da sua ascensão. Entretanto, nota-se que o discurso adotado na sua política externa não condiz com a dimensão material das ações chinesas, que estão buscando cada vez mais adquirir poder e capacidades para assegurar seus interesses e se projetar regionalmente e internacionalmente. Dessa forma, é possível e provável que haja uma mudança na balança de poder mundial, visto que os Estados Unidos com sua hostilidade da política em relação ao comércio e ao multilateralismo está enfraquecendo os pilares sobre os quais a Pax Americana foi erguida, ou seja, o poder militar, econômico, as instituições e o soft power. Acredita-se que essas mudanças possam vir a configurar pontos de conflitos e também alterar a ordem mundial nos próximos anos.

Não obstante, esse processo não ocorrerá de forma abrupta. O crescimento econômico chinês e o desenvolvimento de suas capacidades bélicas aproximarão a China para dos Estados Unidos em recursos de poder; entretanto, não significa que a China irá ultrapassar os Estados Unidos como o país mais poderoso em um futuro próximo.

A Rússia pode ser considerada um amigo político, militar e econômico sólido da China. Além disso, a Rússia claramente possui uma aversão à hegemonia estadunidense, e atualmente tem como objetivo recompor seu status de grande potência. Devido aos embargos econômicos e à política contra Moscou propagada pelos EUA no Ocidente, a Rússia projeta na China um grande aliado tanto no que concerne a uma forma de recuperar-se economicamente quanto à formação de uma balança de poder, evidenciada pela maior aproximação política, comercial e militar entre as duas potências. Para a China, essa aproximação se torna interessante pelo fato de que os Estados Unidos têm buscado, de forma falha, conter seus avanços no comércio internacional, além de ser uma ameaça para a projeção regional chinesa. Deste cenário, conclui-se que a China e a Rússia podem conjuntamente se defender das estratégias americanas e europeias de conter suas ações internacionalmente.

Por fim, o impacto da crise de 2008, que aprofundou o colapso da hegemonia estadunidense e do mundo unipolar, fez com que houvesse também uma grande perda do prestígio estadunidense e do consenso de Washington, ou seja, o liberalismo, a democracia e a globalização como principal meio para o desenvolvimento econômico e político. Isso fez com que fosse possível para a China lançar as bases para uma ordem internacional alternativa, através de uma política sutil, evitando conflitos e pensando na acumulação de poder a longo prazo.

## REFERÊNCIAS

BARDER, Jeffrey A. **A framework for U.S. policy toward China**. Asia working group: 2016. Disponível em: < <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/us-china-policy-framework-bader-1.pdf>> Acesso em: 19/05/2018

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: Um estudo da ordem na política mundial**. Universidade de Brasília. São Paulo, 2002.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Disponível em:

<[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjvjuDu99PZAhXRxFkKHQJyDcoQFgg2MAE&url=http%3A%2F%2Frepositorio.ipea.gov.br%2Fbitstream%2F11058%2F3042%2F1%2FLivro-O\\_renascimento\\_de\\_uma\\_pot%25C3%25Aancia-a\\_R%25C3%25BAssia\\_no\\_s%25C3%25A9culo\\_XXI&usg=AOvVaw0Fg9YLo4\\_klnAw13pniGx->](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjvjuDu99PZAhXRxFkKHQJyDcoQFgg2MAE&url=http%3A%2F%2Frepositorio.ipea.gov.br%2Fbitstream%2F11058%2F3042%2F1%2FLivro-O_renascimento_de_uma_pot%25C3%25Aancia-a_R%25C3%25BAssia_no_s%25C3%25A9culo_XXI&usg=AOvVaw0Fg9YLo4_klnAw13pniGx->)> Acesso em: 04/03/2018

CHEMIN, Beatriz Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: Ed. da Univates, 2015.

DUQING, Chen. **Política Exterior da China**. Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo: 2013. Disponível em:  
<<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/duqingpoliticaexteriorchina.pdf>>  
Acesso em: 02/05/2018

FREEMAN, San Perlo. Deciphering China's latest defense budget figures. SIPRI: 2014. Disponível em: < <https://www.sipri.org/node/377>> Acesso em: 17/05/2018

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

BORDACHEV, Timofey. **The great Win-Win Game: Russia and China in Central Asia**. Rússia in global affairs: 2016. Disponível em:  
<<http://eng.globalaffairs.ru/number/The-Great-Win-Win-Game-18395>> Acesso em: 18/05/2018.

BORDACHEV, Timofey. **Russia-China: An alliance for peace or war?** Rússia in global affairs: 2017. Disponível em: < <http://valdaiclub.com/a/highlights/russia-china-an-alliance-for-peace-or-war/>> Acesso em: 18/05/2018.

MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE. **Defense Policy**: 2018. Disponível em:  
<<http://eng.mod.gov.cn/Database/DefensePolicy/index.htm#>> Acesso em: 12/05/2018

INSIGHT GEOPOLÍTICO. **Os Dilemas da política externa da China**. 2011. Disponível em: <<http://www.insightgeopolitico.com/os-dilemas-da-politica-externa-da-china/>> Acesso em: 23/02/2018

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LAI, David. **The United States and China in Power Transition**. Strategic Studies Institute: Carlisle, 2011.

LAYNE, Christopher. **The US–Chinese power shift and the end of the Pax Americana**. Oxford University Press: 2018. Disponível em:

<<https://academic.oup.com/ia/article-abstract/94/1/89/4762695>> Acesso em: 31/05/2018

LIMA, Felipe C. **Reaparelhamento militar e a nova/velha Política externa Russa**. Grupo de Pesquisa sobre Potências Médias: PUCMinas, 2015.

Disponível em:

<<https://grupoemergentes.wordpress.com/2015/11/20/reaparelhamento-militar-e-a-novavelha-politica-externa-russa/>> Acesso em: 25/06/2016.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. New York: W.W Norton, 2001.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA.

**China’s Independent Foreign Policy of Peace**. 2003. Disponível em:

<[http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjb\\_663304/zzjg\\_663340/zcyjs\\_663346/xgxw\\_663348/t24942.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zzjg_663340/zcyjs_663346/xgxw_663348/t24942.shtml)> Acesso em: 23/02/2018

MORGENTHAU, Hans, **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Universidade de Brasília: São Paulo, 2003. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/0179\\_politica\\_entre\\_as\\_nacoes.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf)> Acesso em: 23/07/17

NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DEPARTMENT OF DEFENSE UNITED STATES OF AMERICA. **Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China 2017**. Disponível em: <

[https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2017\\_China\\_Military\\_Power\\_Report.PDF](https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2017_China_Military_Power_Report.PDF)> Acesso em: 20/05/2018

PAUTASSO, Diego. **China, Rússia e a integração asiática: O sistema sinocêntrico como parte da transição sistêmica**. *Conjuntura Austral*, Porto alegre, 2011. v. 1, p. 1-16. Disponível em: <

<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/18688/11653>> Acesso em: 23/08/17

PAUTASSO, Diego. **China e Rússia no pós-Guerra Fria: Inserção Internacional e transição sistêmica**. Curitiba: Juruá, 2013 2.reimp.

PECEQUILO, Cristina. **Introdução as relações internacionais: temas atores e visões**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

PROCÓPIO, Argemiro. (org.) **O século da China**. Juruá, 2010.

RUIZ, João A. **Metodologia Científica: guia para Eficiência nos Estudos**. 6.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. Disponível em: < <https://www.sipri.org/databases>> Acesso em: 16/05/2018

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STANZEL, Angela. **China's Belt and Road - new name same doubts**. European Council of Foreign Relations: United Kingdom, 2017. Disponível em: <[http://www.ecfr.eu/article/commentary\\_chinas\\_belt\\_and\\_road\\_new\\_name\\_same\\_doubts](http://www.ecfr.eu/article/commentary_chinas_belt_and_road_new_name_same_doubts)> Acesso em: 13/02/2018

STANZEL, Angela. **Grand designs: Does China have a 'grand strategy?'**. European Council of Foreign Relations: United Kingdom, 2017. Disponível em: <[http://www.ecfr.eu/publications/summary/grands\\_designs\\_does\\_china\\_have\\_a\\_grand\\_strategy](http://www.ecfr.eu/publications/summary/grands_designs_does_china_have_a_grand_strategy)> acesso em: 13/02/2018

THE WORLD FACTBOOK. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>> Acesso em: 18/02/2018

TOFT, Peter. **John J. Mearsheimer: an offensive realist between geopolitics and power**. University of Copenhagen, 2005

THE WORLD BANK. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>> Acesso em: 17/08/2017

VISENTINI, José. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2008.

VISENTINI, José. **Século XXI: Impasses e Conflitos**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2017.

WALTZ, Kenneth K. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Editora Gradiva, 2002.

WEZEMAN, Siemon T. **Impact of Shifts in Arms Trade and Exercises on South Asia and Europe**. SIPRI: 2017. Disponível em: <<https://www.sipri.org/sites/default/files/China-Russia-relations-regional-dynamics.pdf>> Acesso em: 20/05/2018

WORLD ECONOMIC FORUM. **The world's 10 biggest economies in 2017**. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2017/03/worlds-biggest-economies-in-2017/>> Acesso em: 28/05/2018

YAFEI, He. **The 'American Century' has come to its end**. Global Times: 2017. Disponível em: <<http://www.globaltimes.cn/content/1062243.shtml>> Acesso em: 12/02/2018